

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE – PPGICS
ICICT/ FIOCRUZ**

THIAGO MONTEIRO MENDES

**Informação Sobre Saneamento:
a dimensão territorial do esgotamento sanitário no
Recreio dos Bandeirantes**

**Orientador:
Christovam Barcellos**

**Rio de Janeiro
2012**

THIAGO MONTEIRO MENDES

**Informação Sobre Saneamento:
a dimensão territorial do esgotamento sanitário no
Recreio dos Bandeirantes.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Informação e Comunicação em Saúde, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Christovam Barcellos

Rio de Janeiro
2012

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca de Ciências Biomédicas/ ICICT / FIOCRUZ - RJ

S538 Mendes, Thiago Monteiro

Informação sobre saneamento: a dimensão territorial do esgotamento sanitário no Recreio dos Bandeirantes / Thiago Monteiro Mendes. – Rio de Janeiro, 2012.

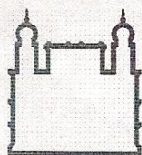
vii, 81 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2012.

Bibliografia: f. 65-70

1. Informação e Comunicação em Saúde. 2. Território. 3. Esgotamento Sanitário. I. Título.

CDD 628.2



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ICICT
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde - PPGICS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO INTITULADA A INFORMAÇÃO SOBRE SANEAMENTO: A DIMENSÃO TERRITORIAL DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO RECREIO DOS BANDEIRANTES.

Às 14 horas do dia 21 de março de 2012, na sala 215, no Prédio da Expansão do Campus da Fundação Oswaldo Cruz, foi realizada a defesa de dissertação intitulada **A Informação Sobre Saneamento: A dimensão territorial do esgotamento sanitário no recreio dos bandeirantes**, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Ciências, no Curso de Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde – PPGICS, sob a orientação do Professor Dr. Christovam Barcellos (ICICT - FIOCRUZ). A Banca Examinadora foi composta pelos professores: Dr^a. Rosely Magalhães (ENSP) e Dr^a. Regina Marteleto (ICICT - FIOCRUZ). O orientador abriu os trabalhos e passou a palavra ao candidato para apresentar sua dissertação. Finda a apresentação, o candidato foi arguido pelos examinadores, sendo suas respostas consideradas [] satisfatórias [] insatisfatórias. A Banca examinadora deu por encerrada a sessão, declarando a dissertação do mestrando Thiago Monteiro:

[] Aprovada; [] Aprovada com restrições; [] Reprovada;

Observações:

A presente ata foi firmada pelos três examinadores:

Assinatura: Rosely M. Oliveira (Dr^a. Rosely Magalhães/ENSP-FIOCRUZ)

Assinatura: Regina Marteleto (Dr^a. Regina Marteleto/ICICT-FIOCRUZ)

Assinatura: Christovam Barcellos (Dr. Christovam Barcellos/ICICT-FIOCRUZ)

Dedico este trabalho ao meu saudoso pai, Luiz William de Lima Mendes,
e ao amigo Marcos Mucciolo.

AGRADECIMENTOS

Diante da tarefa cumprida, agradeço ao professor Christovam Barcellos, pela oportunidade, orientação, compreensão, amizade, confiança e todos os ensinamentos transmitidos ao longo dos encontros e e-mails que nortearam o desenvolvimento do presente trabalho.

Aos familiares, em especial Maria Amália do Nascimento Monteiro, Carmem Maria Mendes da Silva e Bruno Monteiro Mendes, pelo apoio e incentivo antes e durante essa jornada.

Aos amigos, em especial Mariana Otoni Augusto e Daniel Martins, por despertarem o interesse pela busca por conhecimento através de conversas informais, sempre agradáveis e empolgantes.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), pelas aulas esclarecedoras e pelo carinho e atenção dedicados durante essa jornada.

Às professoras Regina Marteleto (PPGICS) e Rosely Magalhães (ENSP), pela disponibilidade em participar das bancas de qualificação e defesa desta dissertação, e pelas indicações esclarecedoras prestadas durante a etapa de qualificação.

RESUMO

O rápido crescimento da malha urbana da cidade do Rio de Janeiro vem ocorrendo de forma pouco estruturada, desrespeitando os planos urbanos existentes ou sob influência do processo especulativo dos agentes produtores deste espaço. Nesse contexto, a oferta insuficiente de saneamento básico nas áreas de urbanização mais recente surge como uma questão importante a ser estudada em um âmbito interdisciplinar a fim de que se entenda como estes problemas são percebidos pela população local. A pesquisa tem como objetivo identificar os elementos que participam da representação dos problemas relacionados ao serviço de esgotamento sanitário pela população do bairro do Recreio dos Bandeirantes, localizado na cidade do Rio de Janeiro, tomando os mesmos como invisíveis e inseridos em um modelo territorial. A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de trabalhos de campo, aplicação de questionários e entrevistas, além de consultas bibliográficas e dados do censo demográfico de 2010. Estes dados permitiram a construção de esquemas territoriais com o objetivo de dar maior clareza aos conflitos de territorialidades relacionados ao modelo de implantação da estrutura de esgotamento no bairro. Dessa forma, concluiu-se que a sobreposição das atribuições de gestão dos territórios deve ser considerada como um dos fatores responsáveis por parte dos conflitos existentes no bairro. Foi levantada, também, a necessidade de contextualização das informações sobre saneamento, disponibilizadas pelo IBGE e pela CEDAE, que não refletem estes conflitos e a representação dos moradores sobre os problemas de saneamento.

Palavras-chave: Informação e Comunicação em Saúde, Território, Esgotamento Sanitário

ABSTRACT

The rapid growth of the urban fabric of Rio de Janeiro city has been occurring unstructured, disrespecting the urban projects that already exist or they have been under influence of producing agents of this loci, named space. In this context, the insufficient supply of basic sanitation in urban areas arises as one important question to be studied with an interdisciplinary view, to comprehend how a local population can twig these areas problems. This research aims to identify the elements that participated in the representation of the problems related to sanitary sewage service by dwellers of Recreio dos Bandeirantes neighborhood; vicinity taken as invisible but inserted in a territorial model. Developed through field work, questionnaires applications, interviews, bibliographic consultations as well as the 2010 Brazilian Sense Demographic results, these data allowed the construction of territorial schemes that allowed giving greater clarity to conflicts of territoriality related to the deployment model of the sewerage district structure. Thus, it is concluded that the overlap of spatial management assignments should be considered as a responsible factor for the conflicts in the neighborhood, besides contextualization of information on sanitation, because the ones provided by IBGE and CEDAE that do not reflect these conflicts and representation of residents, on sanitation issues.

KEY WORDS: Health information and communication, Territory, Sanitary Sewer

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
	1.1 – Promoção da Saúde.....	15
	1.2 – O Campo da Mídia.....	17
	1.3 – Espaço e Território.....	19
2	OBJETIVOS.....	26
	2.1 - Objetivo Geral.....	26
	2.2 - Objetivos Específicos.....	26
3	METODOLOGIA.....	27
	3.1 - Fontes de Informação.....	28
	3.2 - Instrumentos de Coleta de Dados.....	30
4	RESULTADOS.....	32
	4.1 – O Recreio dos Bandeirantes e o Problema do Saneamento em Uma Área de Expansão Urbana	32
	4.2 – O Que Dizem os Moradores.....	49
	4.2.1 – Análise sobre o processo de implantação do sistema de esgotamento sanitário no Recreio dos Bandeirantes.....	54
	4.3 – O Que Dizem as Informações Oficiais.....	61
5	CONCLUSÕES.....	63
6	BIBLIOGRAFIA.....	65
7	ANEXOS.....	71

1 INTRODUÇÃO

O acesso ao saneamento é considerado condição básica para a manutenção de ambientes saudáveis. Aquele, estão relacionados os serviços de abastecimento de água potável, o manejo de água pluvial, a coleta e tratamento de esgoto, a limpeza urbana, o manejo dos resíduos sólidos e o controle de pragas e qualquer tipo de agente patogênico, visando à saúde das comunidades. Este trabalho toma como foco principal o acesso à rede de coleta e tratamento de esgoto, sendo este entendido como o “despejo líquido constituído de esgoto doméstico e industrial, água de infiltração e a contribuição fluvial parasitária” (ABNT, 1986). Estas ações têm como principal objetivo evitar o contato dos resíduos e dejetos humanos com a população e com a água usada por sistemas de irrigação voltados para produção de alimentos. Os sistemas de esgotamento sanitário têm grande importância no controle da transmissão de doenças, da proliferação de vetores patogênicos e da poluição ambiental, e indiretamente na redução de custos médico-hospitalares.

No Brasil, assim como na maior parte dos países, os serviços de esgotamento sanitário são atribuições do Estado, diretamente ou por meio de concessão, que deve, dentre seus diversos atributos, levantar dados sobre o serviço e desenvolver infraestrutura necessária para a prestação do mesmo à população. De um modo geral, diversos avanços foram alcançados nos últimos anos, especialmente após a criação do Ministério das Cidades no ano de 2003 (GALVÃO JÚNIOR, 2009). Porém, ainda há muito a fazer.

Para TELLES & COSTA (2007) pode-se listar quatro importantes objetivos do desenvolvimento de sistemas de esgotamento sanitário:

- Controle e prevenção de doenças
- Qualidade de vida da população
- Incentivo à produtividade
- Desenvolvimento sócio-econômico

Dessa forma, pode-se observar a grande importância dos estudos sobre esgotamento sanitário, para a promoção da saúde, compreendendo esta como:

“a ciência e a arte de evitar doenças, prolongar a vida e desenvolver a saúde física, mental e a eficiência, através de esforços organizados da comunidade para o saneamento do meio ambiente, o controle das infecções na comunidade, a organização dos serviços médicos e paramédicos para o diagnóstico precoce e o tratamento preventivo de doenças, e o aperfeiçoamento da máquina social que irá assegurar a cada indivíduo, dentro da comunidade, um padrão de vida adequado à manutenção da saúde.” (WINSLOW apud BUSS, 2009)

Observa-se que no Brasil a infraestrutura de esgotamento sanitário é bastante restrita às cidades. Isso se deve, em grande parte, ao fato de áreas rurais possuírem menor densidade demográfica, o que aumenta os custos de implantação e manutenção de sistemas de esgotamento. Nesses casos, é comum seus habitantes recorrerem a soluções individuais para escoar seus resíduos. Mesmo assim, em diversas cidades brasileiras, tal serviço ainda encontra-se aquém daquilo que é esperado para a manutenção da qualidade de vida e de ambientes saudáveis para a população. Um relatório publicado pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) TRATA BRASIL referente aos investimentos em esgotamento sanitário entre os anos 2000 e 2008, tomando como base as informações divulgadas pelo Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), mostra que, enquanto algumas cidades apresentaram avanços no que se refere a tal infraestrutura, em outras, como o Rio de Janeiro, houve queda na qualidade do serviço. O município possui em torno de 69% dos domicílios ligados à rede de coleta de esgoto, sendo 75% deste esgoto tratado antes da sua disposição final.

Enquanto, por um lado, a infraestrutura de esgotamento sanitário se mostra aquém do esperado no município do Rio de Janeiro, por outro, as áreas de expansão urbana da cidade muitas vezes não apresentam nenhuma forma de coleta ou tratamento de esgoto. Este tem sido o caso do bairro do Recreio dos Bandeirantes, que apresentou um enorme crescimento imobiliário ao longo dos últimos vinte anos, mas que não teve o acompanhamento estrutural necessário para a sustentabilidade desse fenômeno. Assim, constata-se que num primeiro momento levou-se abastecimento de água e somente quinze anos depois está sendo implantado o sistema de esgotamento sanitário no bairro.

No entanto, se para muitos a carência de infraestrutura de esgotamento sanitário representa um grande problema para a manutenção da qualidade de vida no bairro, para

outros essa questão passa despercebida. É justamente este o fator que desperta o interesse da presente pesquisa. Por que a carência de saneamento básico representa uma face invisível da cidade mesmo em áreas de classe média alta? Quais são os fatores que influenciam na representação da população local acerca desse serviço? Qual a dimensão territorial dos conflitos existentes no bairro? São essas as questões que norteiam e serão analisadas no presente trabalho.

Tomado por base a noção de que a percepção social está diretamente ligada ao contexto de cada cidadão e deste em relação à sua comunidade, acredita-se que existe uma ligação fundamental entre o conhecimento prévio, necessidades, motivações e expectativas de como o mundo é constituído e a forma como o apreendemos.

O bairro do Recreio dos Bandeirantes apresenta uma grande diversidade de usos e ocupações, refletindo também as desigualdades sociais existentes na cidade. Por se localizar numa área de expansão da cidade, o bairro constitui um palco de disputa de interesses entre empresas, agências de governo e moradores com interesses, muitas vezes conflitantes, em busca de serviços ainda não completamente implantados. Dessa maneira, constitui uma hipótese desse trabalho que os grupos sociais presentes no bairro possuam diferentes perspectivas sobre sua qualidade de vida, condições de saneamento e, portanto, prioridades nas suas agendas de reivindicação. A forma com que estas mensagens podem ganhar visibilidade pode também variar conforme o grupo social que as produziu.

Nesse sentido, diversos fatores podem influenciar e se destacar como de extrema importância na construção da percepção. Considerar-se-á o fenômeno midiático como fator de criação de visibilidades e invisibilidades, e, conseqüentemente, um dos elementos de relevância para a análise. Dentre os autores que abordam as teorias midiáticas, podem-se destacar dois que possuem abordagens distintas, porém complementares. Muniz Sodré destaca a coexistência de formas tradicionais e novas de representação da realidade. O autor se apropria da divisão da imprensa escrita em quatro modelos realizada por Miège (1999), destacando a imprensa de opinião, imprensa comercial, mídia de massa, e comunicação generalizada, afirmando que hoje se dá primazia ao quarto modelo em que há uma grande confusão entre a rede tecnológica e o processo comunicacional, e o resultado é a imagem-mercadoria (SODRÉ, 2002).

John Thompson (1998), por outro lado, apresenta uma perspectiva diferente se comparado a Sodré. Enquanto este apresenta a mídia como elemento diretamente a serviço do capital, das relações econômicas baseadas no liberalismo do mercado, sem

apresentar uma possível saída para essa situação que parece esgotada, Thompson busca analisar a dimensão cultural e política da mídia como esfera pública.

Thompson trabalha de forma hermenêutica, onde o pesquisador não é parte estranha ao objeto que estuda. Ele busca explicar a mídia a partir da lógica da própria mídia, destacando a importância de entender os processos sociais de comunicação. O autor afirma que certas questões não mudam – como a democracia liberal que, por enquanto, é o que está em voga- e completa afirmando que o mercado que tomou conta da mídia atenta contra princípios éticos, mas infelizmente é assim que ela se apresenta nesse momento.

Enquanto o fenômeno midiático se destaca como importante fator a ser analisado nesse contexto, o espaço geográfico pode, também, destacar-se como elemento importante nesse quadro, pois apreende as relações entre a população e o ambiente em que vivem, refletindo as diversas outras peças que compõem o mesmo.

O espaço se constitui como fator e fato social, não apenas como um receptáculo onde se manifestam fenômenos naturais. Milton Santos (2011) destaca o papel fundamental da informação como influente no processo de organização territorial. Atualmente ela é o instrumento de integração das diversas partes e de setores de um território. Quem a detém assume uma posição de superioridade na hierarquia existente nas relações que ocorrem nos territórios. Essa hierarquia cria relações de controle locais e distantes. As primeiras são criadas a partir do controle da técnica de produção por cidades ou regiões; já o controle distante é exercido por cidades mundiais, tendo como resultado a aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens. Assim, há conflito entre um espaço local e um espaço global (racionalizador e de conteúdo ideológico com origem distante).

Yves Lacoste, em seu trabalho intitulado “A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, destaca o caráter estratégico dos mapas de grande escala, ou seja, aquelas bastante detalhadas, sendo estas de mais difícil acesso para aqueles que não as detêm. Por outro lado, ao identificar que as ações humanas não se restringem apenas ao local, atingindo condições que o autor considera como “confusamente multiescalares” (LACOSTE, 2008, p. 23). Dessa forma torna-se importante a perspectiva espacial em diferentes escalas, para que, com isso, torne-se possível obter os detalhes de uma escala grande e a abrangência de uma escala pequena, quando avaliamos processos sociais.

No passado vivia-se totalmente num mesmo lugar, num espaço limitado, mas bem conhecido e contínuo. Hoje, nossos diferentes "papéis" se inscrevem cada um em migalhas de espaço, entre os quais nós olhamos sobretudo nossos relógios, quando nos fazem passar, a cada dia, de um a outro papel. Se os sonâmbulos se deslocam sem saber por que num lugar que eles conhecem, nós não sabemos onde estamos nos diversos locais onde temos algo a fazer. Vivemos, a partir do momento atual, numa espacialidade diferencial feita de uma multiplicidade de representações espaciais, de dimensões muito diversas, que correspondem a toda uma série de práticas e de idéias mais ou menos dissociadas. (LACOSTE, 2008, p. 23)

Tomando a categoria de “território utilizado”, abordada por Milton Santos (SEABRA et al. 2009), como categoria de análise em vigilância em saúde, como propõem MONKEN e BARCELLOS (2005), sem perder de vista a relação que tal categoria tem com fenômenos globais, observa-se que o lugar tem sua dimensão espacial e, também, temporal, dando ao mesmo a idéia de presença. Assim, segundo estes autores, “é nos lugares onde se dá a interseção das atividades de rotina de diferentes pessoas, que as características do espaço são usadas rotineiramente para construir o conteúdo significativo da interação de pessoas na vida social” (MONKEN & BARCELLOS, 2005). Nesse sentido pode-se dizer que as redes de objetos presentes no território, envolvendo inclusive seus aspectos simbólicos, são apreendidas através da conduta de vida cotidiana do indivíduo.

Identificar a existência de significados no espaço é uma forma de desconstruir a maneira de imaginar o espaço (e a espacialização) a partir da ausência de temporalidade, como petrificação, como abrigo seguro em relação ao temporal, ou, ainda, como espelho da natureza (MASSEY, 2009). Massey (2009) destaca que autores como Deleuze e Guatarri afirmam que um conceito não deve expressar uma essência destemporalizada, mas um acontecimento, refutando qualquer divisão tripartite entre realidade, representação e subjetividade.

A presente pesquisa destaca a saúde e o saneamento como tema de estudo, revelado num contexto local que reflete questões globais. A questão que se propõe

examinar neste trabalho indaga porque determinados problemas se tornam pouco relevantes para algumas pessoas, apesar da gravidade representada pelos mesmos.

Com o desenvolvimento das redes de comunicação e transporte, há uma explosão informacional, que não teve início com o advento da Internet, mas ainda no século XV com o desenvolvimento da imprensa, mas sofreu uma forte aceleração a partir do século XX. Surge então a idéia de “Aldeia Global”, onde o espaço não representaria mais um distanciamento, e, com isso, haveria uma grande padronização dos costumes, das paisagens e das culturas. Essa concepção de mundo, porém, é fortemente questionável à medida que desconsidera os fenômenos sociais locais, que se manifestam constantemente de forma mais ou menos exacerbada, exigindo a relativização a partir da consideração de contextos.

É nesse cenário que nasce a chamada “ciência da informação” (MATELLART, 2005). A velocidade das redes e o recente surgimento da web 2.0, fizeram com que a sociedade passasse a integrar o processo de construção e produção da informação. A Sociedade da Informação e do Conhecimento é imediata, e o fazer é a principal característica deste novo modelo de vida. Assim, informação e saber são tratados como bens cada vez mais imateriais e apropriáveis.

Nesse contexto, deve-se destacar a importância dos processos de mediação como elemento essencial para a compreensão dos fluxos de informações, já que o conceito de mediação supõe a articulação simbólica entre a realidade e sua representação. Para compreender a mediação não se deve trabalhar apenas com o meio, mas enxergando-a como interações que ocorrem a partir do meio, e também de práticas sociais. São os fatores de mediação que constroem as redes simbólicas entre indivíduos e sociedades.

O processo de midiatização, como transformação de sentidos a partir de dispositivos de mídia, pode ser visto de forma objetiva, ligado ao desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1993), onde a produção e o consumo em massa estão fortemente presentes, ou de forma subjetiva, ligada a questões culturais que provocam a aceleração da apropriação das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs).

Assim, percebe-se que a ocupação e crescimento do bairro do Recreio dos Bandeirantes insere-se num processo de constituição de uma modernidade periférica em cuja sociedade as “práticas modernas são anteriores às idéias modernas” (CARNEIRO, 2009, p. 6). Nas últimas décadas o bairro em questão seguiu um movimento de produção de periferias de classe média, semelhante ao modelo norte-americano de

urbanização. Por outro lado, o local também se destaca com suas peculiaridades, dando corpo ao processo de “mestiçagem” no qual atualmente o lugar não é mais o lugar antropológico, refletindo apenas os costumes da comunidade, mas ele é transpassado pelo global a partir do desenvolvimento do meio técnico científico e informacional.

Para que estabeleça uma relação entre saúde e informação em saúde, é necessário que haja uma ruptura na conceituação estrita de saúde, passando a compreendê-la como “dimensão da vida, expressão de um bem maior, individual e coletivo, simbólico e materialmente construído e preservado por todos e cada um dos grupos humanos, os quais, nos contextos assimétricos da história humana, entram em disputa por sua definição diferencial e sua distribuição inclusiva” (HAMERLI & GOMES, 2007).

Ao considerar a infraestrutura de saneamento básico como base para a construção do bem-estar coletivo, e, dessa forma, elemento essencial para a saúde, especialmente em áreas urbanas, justifica-se a necessidade de uma pesquisa interdisciplinar que abarque o campo da informação e da comunicação em saúde para a compreensão dos elementos constituintes desta construção.

Acredita-se que não apenas a distribuição espacial da população no espaço influencie a percepção sobre o saneamento. Outros elementos estão presentes nesse contexto, dentre eles, as verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 1996) características de cada território, a partir das quais são constituídas as diversas formas de interação que influenciam diretamente a construção de percepções.

Dessa maneira, a presente pesquisa justifica-se sob três importantes aspectos que não devem ser interpretados de forma fragmentada, mas de maneira complementar: a dimensão acadêmica, a institucional e a social.

Como contribuição acadêmica, esta pesquisa deve ser compreendida como uma forma de busca pela interpretação de fenômenos sociais a partir da associação de estudos midiáticos e espaciais. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo propor uma abordagem interdisciplinar acerca do problema em questão, fornecendo subsídios a análises com outros recortes espaciais e problemas.

Tendo o Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação em Saúde como instituição de desenvolvimento do presente trabalho, esta pesquisa aborda uma questão crucial para a manutenção da saúde em sua interpretação mais ampla, interpretando a partir dos campos da informação e da comunicação, como o problema se manifesta no recorte escolhido.

Acredita-se aqui que nenhuma pesquisa científica é legítima se não apresentar uma contribuição direta ou indireta para a sociedade. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é discutir como fatores territoriais influenciam na distribuição dos serviços de esgotamento sanitário para cada grupo de moradores do bairro do Recreio dos Bandeirantes, bem como na representação social sobre a infraestrutura de esgotamento pelos mesmos.

Para abordar o tema da percepção sobre problemas de saneamento, foi necessária a revisão de conceitos como promoção da saúde, comunicação e informação em saúde, saneamento e território. Estes conceitos são analisados a seguir.

1.1 Promoção da Saúde

A primeira metade do século XX trás consigo a expansão de elementos marcantes no desenvolvimento da medicina. A guerra como possibilidade de experimento, a industrialização da produção de medicamentos e a aceleração do processo de urbanização, o surgimento da cibernética nos anos 40, quando são criados os fundamentos para o que é hoje o computador, através da lógica matemática, e a revolução digital, ampliando as trocas de informações e possibilitando o desenvolvimento da medicina baseada em evidências. Nesse novo cenário há o surgimento da epidemiologia clínica (1955 a 1964), com a importante contribuição de autores como Braddford-Hill, Feinstein, Cochrane, Sackett, Fletcher e Rothman.

Em contraposição à epidemiologia clínica, vista como um apêndice metodológico da ciência médica, é colocada a epidemiologia social, onde:

O reconhecimento da epidemiologia como ciência humana, atuando de maneira inseparável, tanto na área biológica como social, induziu à abordagem mais freqüente, e com maior ênfase, dos fatores sociais. Em especial modo, daqueles de natureza sócio-econômica. Emergiu assim a chamada "epidemiologia social" focalizando precipuamente suas causas na gênese da doença e do estado de saúde da população. Em decorrência, o estudo epidemiológico se fará no que tange às dimensões sociais, estas evidentemente variáveis de acordo com as leis e as características que

regem o desenvolvimento de cada sociedade (Breilh e Granda, 1980 Apud Forattini, 1990).

Esse novo contexto permitiu enxergar a saúde de forma a inseri-la em processos sociais, levando em conta o modo de vida e os valores culturais, e considerando as diferenças existentes entre as sociedades, evitando a visão etnocêntrica de interpretar progresso como um caminho linear das sociedades (LÉVI-STRAUSS, 1976), e considerando a existência do outro com suas diferenças, mas que não devem trazer consigo um modelo de exclusão (TODOROV, 1993). Em 1946, a Organização Mundial da Saúde definiu saúde como “estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças; e o melhor estado de saúde constitui um direito fundamental de todos os seres humanos, sejam quais forem suas raças, suas religiões, suas opiniões políticas, suas condições econômicas e sociais”. Esta concepção de saúde se aproxima da definição de Foucault (2005), sobre salubridade, que “é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde dos indivíduos”.

No Brasil, apesar dos diversos desafios existentes no campo da saúde, a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) corresponde a um significativo progresso com relação às políticas sociais (MACHADO et alli, 2009). Esse desenvolvimento tem sua origem na Primeira República, quando a visão de progresso era fortemente marcada por uma interpretação de saneamento como via privilegiada para a construção da nacionalidade, do Estado e da civilização (HOCHMAN, 1998). Na década de 1970, a inserção de grupos sanitaristas articulando a luta por democracia em torno da saúde foi essencial para a construção de um projeto de reforma sanitária. Em 1988, o SUS é inserido na nova Constituição Federal, tendo seus princípios baseados em uma busca pela democratização nas ações e nos serviços de saúde que passariam, então, a ser universais, e, da mesma forma, passam a orientar-se pela descentralização, controle social, integralidade, regionalização e hierarquização.

Nesse contexto de desenvolvimento de uma nova interpretação da saúde, valorizando as questões sócio-culturais, torna-se essencial a compreensão dos processos comunicacionais e informacionais fortemente presentes nessas relações sociais. A relação entre a participação social e o acesso à informação no campo da saúde ocorre quando o direito à informação e o papel mediador da comunicação são interpretados como uma questão de cidadania. Paulo Buss (2009), com base em FRANCO (1997), diferencia “promoção da saúde” e “prevenção de doenças”, afirmando que:

“A promoção da saúde busca modificar condições de vida, para que sejam dignas e adequadas; aponta para a transformação dos processos individuais de tomada de decisão para que sejam predominantemente favoráveis à qualidade de vida e à saúde; e orienta-se ao conjunto de ações e decisões coletivas que possam favorecer a saúde e a melhoria das condições de bem estar.” (BUSS, 2009, p. 37)

1.2 O Campo da Mídia

A existência de práticas distintas e instituições variadas levam à necessidade de uma melhor compreensão da comunicação no campo da saúde. Ela se destaca como possibilidade de contribuição para a constituição do campo da saúde coletiva pela sua parceria na interação com a população, na prestação de serviços, na busca por um diálogo horizontalizado e na construção simbólica da realidade a partir de seus atores (FAUSTO NETO, 1995).

Fausto Neto defende a diferença entre ação das mídias e midiatização. Enquanto a primeira é interpretada como um elo, a segunda interpreta a comunicação como sujeito, abrindo, então, a possibilidade de trocas e reinterpretações. Segundo o autor:

“mídias deixaram de ser apenas instrumentos a serviço da organização do processo de interação dos demais campos, e se converteram numa realidade mais complexa em torno da qual se constituiria uma nova ambiência, novas formas de vida, e interações sociais atravessadas por novas modalidades do <trabalho de sentido>. Neste contexto, as mídias não só se afetam entre si, se inter-determinando, pela manifestação de suas operações, mas também outras práticas sociais, no âmago do seu próprio funcionamento.” (FAUSTO NETO, 2008)

Nesse contexto pode-se destacar o conceito de “bios-midiático” e a materialização eletrônica da retórica. A comunicação não parte do “eu” ou do “não eu”, mas do conjunto. Esse bios midiático “é a sociedade midiaticizada enquanto esfera existencial capaz de afetar as percepções e as representações correntes da vida social, inclusive de neutralizar as tensões do vínculo comunitário” (SODRÉ, 2007).

Sodré propõe uma visão hermenêutica da comunicação, comparando-a com a antropologia de Lévi-Strauss, trabalhando em três níveis. O primeiro é a descrição (etnografia) de uma determinada cultura; o segundo é a sua montagem lógica, e o terceiro é a análise comparada dos grupos humanos, antropologia propriamente dita. Em um estudo de mídia, essa divisão tripartite é adequada ao abrir a possibilidade de se considerar o primeiro nível como a descrição multifuncional de um dispositivo comunicativo, o segundo como a interpretação das relações econômicas, políticas e sociais entre o dispositivo e a sociedade, e um terceiro, propriamente comunicacional, que implica uma nova descrição da existência em função do bios tecnológico.

A partir das idéias apresentadas, deve-se compreender a comunicação de forma a inserí-la em um projeto ético de sociedade buscando uma maior equidade da distribuição dos capitais e dos poderes materiais e simbólicos, tendo, no Brasil, o SUS como uma importante via de possibilidade de mudanças das atuais condições sociais. Pode-se, assim, interpretar o campo da comunicação e saúde como um elemento central, que dialoga não apenas com a comunicação e com a saúde, mas também com a informação, educação popular, movimentos sociais, políticas públicas, e ciência e tecnologia (ARAÚJO & CARDOSO, 2007). Segundo ARAÚJO, 2004):

“A comunicação opera ao modo de um mercado, onde os sentidos sociais – bens simbólicos – são produzidos, circulam e são consumidos. As pessoas e comunidades discursivas que participam desse mercado negociam sua mercadoria – seu próprio modo de perceber, classificar e intervir sobre o mundo e a sociedade – em busca de poder simbólico, o poder de constituir a realidade.” (ARAÚJO 2004, p. 167)

1.3 Espaço e Território

“... é imperioso que saibamos despí-lo (o território) do manto da impotência com o qual se encontra, via de regra, adornado. A palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional -, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governos, em dominação em “defesa do território pátrio”, em guerras... A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor (se bem que, na era da globalização, um gestor cada vez menos privilegiado). No entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido à essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., a rua) à internacional (p. ex. a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); Territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.”(SOUZA, 2006, p. 81)

Como base para o desenvolvimento do conceito de território neste trabalho, leva-se em conta, além de SOUZA (2006), outros autores, como SANTOS (1996,1998, 2006), RAFFESTIN (1993) e SACK (1986), cujas idéias serão apresentadas a seguir.

SACK (1986) considera a territorialidade como “base de poder” e uma estratégia geográfica. Esse poder é multiescalar, podendo ser visto desde as formas micro, no nível pessoal, quanto macro, internacional. A territorialidade humana vista pelo autor é distinta daquela vista por biólogos e aceita, mesmo que de forma limitada, por Raffestin. Sendo assim, seria “uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada”. E ainda, “envolve a tentativa de um indivíduo ou grupo de influenciar ou afetar as ações de outros, incluindo os não-humanos” (RAFFESTIN, 1993, p. 159). Dessa forma pode-se entender que a territorialidade é baseada em uma relação interpessoal de poder, uma vez que poder não

deve ser entendido de outra forma que não seja relacional, e pode ser mutável, de acordo com os interesses de quem o influencia e controla, e dos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo. Souza (2006) trata da “territorialidade cíclica” como uma constante reconstrução de territórios, confirmando essa possibilidade.

Sack afirma que a “delimitação [espacial] se torna um território somente quando suas fronteiras são usadas para afetar o comportamento pelo controle do acesso”, ou seja, os conceitos de área e território não são equivalentes. O autor reconhece que três relações estão contidas na definição de territorialidade.

- Forma de classificação por área
- Uso de uma fronteira como forma de comunicação, por ser a única forma simbólica dessa territorialidade.
- Controle sobre o acesso a uma área e às coisas dentro pelos de fora, ou fora pelos de dentro (poder e fronteiras).

Raffestin afirma que o território se forma a partir do espaço e é resultado da ação de um ator sintagmático. Mostra, assim, que não são termos iguais, pois diz, ainda, que o território se apóia no espaço, sendo uma produção. Raffestin, porém, também admite que a delimitação de um território surja a partir de relações de poder. Assim, o espaço quando representado é territorializado por uma representação egocêntrica que pressupõe uma relação de poder, pois não existe apenas um único autor e, por isso, há a sobreposição de interesses (RAFFESTIN, 1993).

Ao tratar de “Sistema Territorial” como sendo uma forma de representação, o autor trabalha com a implantação de nós e a construção de redes. Essas interações, ou esses sistemas, servem como origem das relações de poder. São, assim, produzidas imagens territoriais, que revelam as relações de produção contidas no território, criadas por atores que elaboram estratégias que se chocam com outras em diversas relações de poder.

Falar em território implica em uma noção de limites, podendo estes não serem traçados com precisão, mas que expressem uma relação que um grupo mantém com uma porção do espaço (RAFFESTIN, 1993). Assim, a organização de um grupo se dá internamente a uma determinada área e limita a escala das suas relações de poder. Os limites devem ser entendidos sob o ponto de vista zonal. Essa organização em escala e a compreensão zonal dos limites remontam, ainda que de forma diferenciada, o que foi

dito por LACOSTE (2008), quando este, no ano de 1974, destaca a importância da visão multiescalar do geógrafo ao realizar uma determinada análise.

Raffestin divide dois tipos de organizações desses sistemas: a de origem política e a de origem econômica. Enquanto a primeira é resultado do poder legitimado, a segunda resulta de um poder de fato, pois a primeira é expressão do Estado de Direito. Assim, o autor define essas malhas de uma forma não homogênea e não uniforme formada por redes que se traçam em termos absolutos e relativos, onde o que importa é onde se situa o Outro, também ator, que se relaciona com os demais. Essas redes podem ser abstratas ou concretas, visíveis ou invisíveis. Por visarem interesses e se darem através de relações, “toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes.”

Ao tratar especificamente sobre a territorialidade, Raffestin afirma que esta “reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade” e, ainda, “os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). Sobre relações, o autor considera todas como sendo relações de poder, desconsiderando a existência de relações afetivas que, apesar de possuírem objetivos, não devem ser consideradas como relações de poder. Ainda sobre a territorialidade, Raffestin admite a visão instintiva de território criado pelos naturalistas, fazendo, porém, ressalvas quanto ao caráter situacionista da mesma. Por fim, ele define a territorialidade como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

SANTOS (1996) tem como objeto de análise o uso do território, que, com o processo de crescimento da interdependência universal dos lugares, passa a se dar em escalas cada vez mais abrangentes. Atualmente há uma nova noção de território transnacionalizado, criada a partir de uma concepção pós-moderna que estabelece uma dialética entre o mundo concreto e esta nova visão de mundo. Não se deve generalizar, todavia, tudo desta forma, pois o território resiste à transnacionalização e a globalização.

Os territórios são formas, o que o diferencia do território usado, que é composto por objetos e ações. Este último é sinônimo de espaço social habitado. Assim, o autor define que há uma nova construção de espaço e de um novo funcionamento do território através do que chama de horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1996).

Santos destaca o papel fundamental da informação como influente no processo de organização territorial. Atualmente ela é o instrumento de união das diversas partes de um território. Quem a detém assume uma posição de superioridade na hierarquia existente nas relações que ocorrem nos territórios. Essa hierarquia cria relações de controle locais e distantes. As primeiras são criadas a partir do controle da técnica de produção por cidades ou regiões; já o controle distante é exercido por cidades mundiais, tendo como resultado a aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens. Assim, há conflito entre um espaço local e um espaço global, que tem caráter racionalizador, de conteúdo ideológico e com origem distante.

Dessa forma, pode-se perceber a existência do espaço banal, o espaço de todos, gerado pela relação de territorialidades, em oposição à visão única de território como rede. Esse mundo territorializado é o mundo do mercado, controlado por instituições políticas e financeiras, atravessando tudo, inclusive a consciência das pessoas. O atual processo de globalização, fortemente influenciado pelo modelo neoliberal, cria territórios partidos e não compartilhados.

Para Santos, a tecnologia e a informação que hoje fragmentam a sociedade, em um modelo de globalização perverso, podem atuar no sentido contrário, restaurando o homem na sua dignidade a partir da construção de novas horizontalidades.

SANTOS (1998) faz uma crítica à visão de fim da idéia de nação. A teoria social criada considerando espaços metafóricos vistos como objeto não considera espaço e território como sujeitos, apenas como objetos. O território pode ser dinâmico, tornando-se usado, e, conseqüentemente, científico, sendo uma forma de sistemas de objetos e de sistemas de ações numa união indissolúvel e dialética. Assim, o espaço geográfico é elemento central na produção de uma teoria social. A partir dessas categorias, nação e território, surge a noção de Estado-nacional, confirmado pela evolução do capitalismo, mostrando que o mercado é um elemento importante para o Estado.

Atualmente, a ideia de mundo globalizado afirma a importância do poder do discurso na produção de um estado de coisas. SANTOS (1998) afirma que a globalização não pode ser vista como algo que dissolveria as fronteiras criadas na Europa e nos países que seguiram esse modelo. A diferença é que agora a informação e o dinheiro (que segundo ele constituem fatores de violência) passam a ser significativos da realidade toda. O desenvolvimento tecnológico gera a ampliação dos fluxos de informações e capitais e estes fluxos geram a falsa ideia de que o Estado, o território e a

nação são prescindíveis e constituem entraves para a concretização de uma comunidade humana.

O autor neste texto retoma as ideias de horizontalidades e verticalidades dos territórios, retomando a noção de que “território é ao mesmo tempo um recurso e um abrigo” (SANTOS, 1998, p. 26). As verticalidades aumentam a cada dia, junto com a diversidade de atores nestes territórios criando manchas representadas por empresas e instituições que não chegam a ser globais. Para esses, países são abrigos. Dessa forma, a nação é indispensável para essas empresas que produzem, junto a outras instituições, a globalização através do discurso do mercado, apesar deste discurso ainda criar a falsa impressão de que a nação pode ser um estorvo. Assim, o território surge como oposto ao mundo.

Mas o território, junto à população (pois esta se fixa em algum lugar), resiste à fluidez do tempo e se mostra sólido, obrigando a globalização “a se dobrar”. Como conclusão preliminar, pode-se dizer que a globalização criou uma falsa ideia de fim dos territórios, já que alguns acreditam que os Estados são entraves ao desenvolvimento das diversas relações econômicas, políticas e sociais. Por isso deve haver a regulação dos agentes hegemônicos em diversas escalas presentes nos territórios e é importante que se crie uma visão de território dinâmico e usado, formado, como espaço, por objetos e sistemas de ações.

Este território usado, que deve ser compreendido não apenas como conjunto dos sistemas naturais, ou sistemas de coisas superpostas, é “o chão mais a identidade” (SANTOS, 2006) onde identidade corresponde ao sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. Dessa forma, o território em si não é categoria de análise, ao menos em geografia, mas o território usado.

Para completar, retomam-se as ideias de SOUZA (2006), nas quais o autor destaca a importância do capital do espaço enquanto instrumento de manutenção, conquista e exercício do poder. Assim, define diretamente território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Portanto, é importante analisar as relações existentes nestes territórios, buscando definir quem domina e quem é dominado.

O território é abordado por Marcelo Lopes de Souza como “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós e os outros” (SOUZA,

2006, p. 86). Assim ele mostra que o território é relacional, possui limites e é marcado por relações de poder.

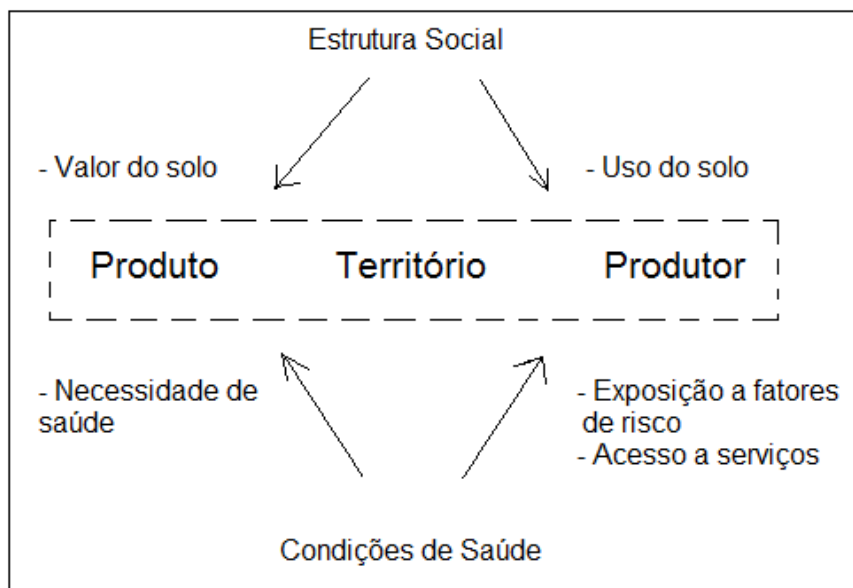
Souza explicita casos de territorialidades existentes nas áreas urbanas, como o da prostituição, em que é “flutuante” e se concretiza no espaço em questão de forma cíclica, além de se caracterizar também como uma territorialidade móvel quanto aos seus limites em um determinado tempo. Cita também a apropriação dos espaços públicos por grupos de nordestinos aos finais de semana e a territorialidade do tráfico de drogas em redes de diversas escalas, que contrastam com a estrutura territorial de organizações mafiosas ou até do jogo do bicho.

Por fim, Souza afirma que entende territorialidade como “um certo tipo de interação entre homem e espaço, que abarca sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço” (SOUZA, 2006, p. 98).

BARCELLOS (2008) analisa o espaço como “produto” e “produtor” de desigualdades, não devendo ser analisado como um elemento passivo nos diversos contextos analisados. Com base em SANTOS (1988), Barcellos afirma que o espaço utilizado é “produto” das desigualdades, e, assim, reflete uma determinada organização social, econômica e política de épocas passadas que se materializam através da segregação espacial e de mecanismos de mercado. A esse processo, pode-se associar aquilo que Milton Santos chama de “rugosidades” (SANTOS, 1978), ou seja, a produção do espaço é fundamentada pelo importante papel de heranças espaciais oriundas remanescentes de diferentes períodos da história.

Por outro lado, se o espaço é “produto” de desigualdades, ele pode, também, ser visto como “produtor das mesmas, uma vez que é no espaço, e, através dele, que tais condições podem se reproduzir. Tal concepção de espaço como “produto” e “produtor” foi esquematizada por BARCELLOS (2008), como mostra a figura 1.

Figura 1 – Algumas relações de mediação entre estrutura social e condições de saúde.



Fonte: Adaptado de BARCELLOS, 2008.

Segundo esta concepção, o território não reflete com exatidão a estrutura social, mas adapta esta estrutura ao contexto local.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

O objetivo geral deste trabalho é discutir como fatores territoriais influenciam na distribuição dos serviços de esgotamento sanitário para os grupos de moradores do bairro do Recreio dos Bandeirantes, bem como na representação social sobre a infraestrutura de esgotamento pelos mesmos.

2.2 Objetivos Específicos:

1. Caracterizar o saneamento básico como um problema estrutural do bairro e um caso de invisibilidade.
2. Discutir o uso e limitações dos dados sobre saneamento, coletados e disponibilizados por órgãos de governo como o IBGE, na escala local.

3 METODOLOGIA

Comumente diversos autores dividem as abordagens de seus trabalhos segundo a idéia de métodos qualitativos X quantitativos. No entanto, esta separação é artificial e reconhecida como um artifício metodológico pelos próprios autores (MINAYO, 2005). Diversos quadros teóricos são produzidos a fim de diferenciar os dois tipos de pesquisa. É importante que suas características sejam estudadas, mas que o pesquisador não exclua o uso de uma em favor de outra. Aqui se pretende superar essa dicotomia, buscando uma abordagem que enxergue a complementariedade entre ambas.

Inicialmente foi realizado o planejamento das ações tomadas com o objetivo de coletar os dados que foram utilizados na pesquisa. Nesse planejamento constou a definição de um número mínimo para representatividade das respostas aos questionários aplicados, além da definição dos informantes que seriam entrevistados, sendo estabelecidos como alvos os presidentes das associações de moradores existentes no bairro.

Após a coleta dos dados, foi realizada a sistematização e análise dos resultados do material qualitativo das entrevistas. A partir das entrevistas se pretendeu não somente registrar o aparecimento de termos e palavras, como também compreender o objeto dessa pesquisa a partir da fala dos sujeitos residentes e/ou trabalhadores no bairro de forma contextualizada no cenário político, econômico e social.

Já o material quantitativo foi sistematizado e a análise dos dados se deu de forma relacional com aquilo que foi levantado através da pesquisa qualitativa. Na última etapa do trabalho, foram destacadas as similaridades e diferenças apontadas por diferentes fontes de informação, procurando identificar

1. como a mídia local dá visibilidade às parcelas de moradores menos favorecidas economicamente,
2. que problemas levantados pelos grupos de moradores não aparecem nas estatísticas do CENSO 2010,
3. qual o discurso de cada parcela de moradores sobre seus respectivos problemas de saneamento

Para a realização das análises propostas, foram usadas três principais fontes de informação: a mídia local, os dados do censo demográfico de 2010 e a visão dos moradores do bairro.

Além disso, foi levantada, por meio de pesquisa documental a história do bairro no contexto da expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro. Este levantamento permitiu a identificação de atores sociais e processos sociais que ocorreram ao longo das últimas décadas.

3.1 Fontes de Informação

Com o objetivo de realizar um levantamento de trabalhos publicados sobre o tema “percepção em saneamento”, foram realizadas pesquisas em bancos como Portal Capes, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Base Minerva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Houve um enorme volume de material encontrado, relacionados ao tema. Porém, a maior parte dos trabalhos não tratava especificamente do tema da pesquisa aqui proposta. Na maior parte deles, não tratavam do saneamento sob a ótica dos moradores, mas sobre a dos trabalhadores ou dos gestores, ou ainda, reportavam estudos bastante técnicos em relação ao objeto.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica se deu em etapas, que serão descritas a seguir. Inicialmente foram realizadas buscas na BVS com os descritores “saneamento”, “invisibilidade” e “percepção” separadamente. O número de publicações foi respectivamente de 4389, 39 e 12073. Devido ao grande volume de resultados, houve a necessidade de refinar a busca, articulando a pesquisa. Inicialmente foram procurados resultados para “saneamento and invisibilidade”, não havendo nenhum trabalho relacionado. Posteriormente, buscou-se “saneamento and percepção”, chegando ao resultado de 41 trabalhos publicados em sistemas e/ou revistas como Lilacs (19), CidSaúde(6), Repidisca(15) e MEDCarib(1).

Foram selecionados os exemplares das principais mídias impressas acessadas pela população residente no bairro do Recreio dos Bandeirantes. Os principais jornais seguindo estes critérios foram o Jornal do Recreio e O Globo Barra. As matérias selecionadas nos 72 exemplares coletados no período de agosto/2010 a agosto/2011 foram selecionadas segundo palavras chave como saneamento, água, esgotos, e temas como representação das favelas do Recreio dos Bandeirantes.

Foi realizado levantamento bibliográfico e documental sobre a evolução urbana do Rio de Janeiro, com ênfase no bairro do Recreio dos Bandeirantes. Este levantamento buscou caracterizar os planos urbanos, a ocupação do bairro e a implantação da infraestrutura de saneamento.

Os indicadores de saneamento do bairro foram calculados a partir de dados levantados pelo censo demográfico de 2010, cujos resultados foram recém divulgados pelo IBGE. Os mesmos foram organizados segundo setores censitários em tabelas com o uso do programa TabWin 3.2, e georreferenciados através do programa TerraView 3.2.0. Ambos os programas são disponibilizados gratuitamente na internet.

A fim de estabelecer contatos, levantar informações e conhecer o campo de aplicação da pesquisa, foram realizadas visitas à Secretaria Estadual de Saúde (Dezembro/2010) e a diversos pontos do bairro estudado. Foram realizados, também, contatos com entidades da Sociedade Civil, como associações de moradores que desenvolvem trabalho de apoio comunitário.

Em um segundo momento da pesquisa, foram consultados 74 moradores dos bairros da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes, com o objetivo de realizar um levantamento prévio acerca da origem dos moradores da região. Essa pesquisa foi realizada através de aplicação de questionários em proximidades de escolas, por esses lugares concentrarem grande quantidade de adultos moradores da região em horário de saída dos turnos de aulas, e considerou apenas aqueles que moravam em outros bairros da cidade do Rio de Janeiro antes de migrar para a região em questão.

Em seguida, foram coletados dados empíricos por meio de entrevistas semi-estruturadas dirigidas a informantes-chaves. Tais informantes foram escolhidos a partir de sua representatividade junto às diversas comunidades do bairro, sendo contatados, dessa forma, os presidentes das Associações de Moradores do Recreio dos Bandeirantes (AMOR), da Associação dos Moradores da Comunidade do Canal das Tachas, e da Associação de Moradores do Terreirão. Foram considerados informantes-chaves, também, porteiros de prédios do bairro cuja seleção se fez através de contatos diretos com tais trabalhadores, que já fazem parte do círculo de amizade do pesquisador. Em todos estes casos, foi esclarecido que a participação na pesquisa era facultativa e que a mesma não traria ganhos diretos aos mesmos. Foi oferecida ao entrevistado a possibilidade de resposta oral ao termo de consentimento, sendo ela registrada através de gravação.

Em relação à coleta de dados, foram aplicados 41 questionários aos moradores do bairro, de forma aleatória, em diversos pontos do mesmo, a fim de buscar um equilíbrio maior no perfil econômico dos respondentes. Nesse caso o pesquisador deixou claro, também, que a participação na pesquisa era facultativa e não traria ganhos diretos aos respondentes. Foi oferecido, também, que o respondente participasse da pesquisa oralmente, com o objetivo de evitar qualquer tipo de constrangimento ao mesmo. Nestes casos, os termos de consentimento foram colhidos oralmente (gravados). Dos 41 questionários aplicados, 2 foram desconsiderados pelo fato de os respondentes não serem moradores ou trabalhadores do bairro. Assim, foram aproveitados 39 questionários.

Assim, a pesquisa empírica realizada se delimita à área do bairro do Recreio dos Bandeirantes, estabelecendo como população específica, moradores do bairro, ou pessoas que trabalham no mesmo. Não foi tratado um agravo específico, mas de problemas relacionados à infraestrutura de saneamento básico e da representação da população sobre os mesmos.

Essa pesquisa buscou ouvir com os atores sociais envolvidos em suas relações com o objeto que está localizado segundo um recorte espacial e social, com ênfase em moradores de prédios e casas de classe média, bem como moradores de favelas, e não com as estruturas de saúde e de engenharia sanitária, ou seja, não se pretendeu analisar o tipo de estrutura sanitária instalada no bairro, mas a forma como se deu esse processo de instalação. Portanto, a proposta desta pesquisa é de natureza relacional, e nessa modalidade de elaboração do conhecimento pretende oferecer um quadro de interpretações, ou elementos para compreensão de processos difíceis de serem compreendidos apenas a partir de uma análise quantitativa.

3.2 Instrumentos de Coleta de Dados

Os dados sobre percepção dos moradores, assim como sobre a origem dos mesmos, foram coletados a partir de questionários e entrevistas semi-estruturadas agrupados por questões inseridas dentro de categorias de análise elaboradas para a pesquisa. As entrevistas com os presidentes da Associação dos Moradores da Vila Amizade e da Associação de Moradores da Comunidade do Canal das Taxas foram

gravadas com gravador de voz digital e transcritas parcialmente em texto para análise posterior dos dados. No anexo se encontram os roteiros das entrevistas. As questões do questionário preenchido por moradores também constam do anexo deste trabalho.

4 RESULTADOS

4.1 O Recreio dos Bandeirantes e o Problema do Saneamento em Uma Área de Expansão Urbana

A cidade do Rio de Janeiro, fundada por Mem de Sá em 1º de Março de 1565 em um contexto histórico ligado ao Capitalismo Comercial, teve seu primeiro núcleo de povoamento no atual bairro da Urca. Porém, por motivos logísticos e estratégicos, logo o mesmo se transferiu para as proximidades do antigo Morro do Castelo, que tinha em seu sítio elevado e na proximidade com a Baía da Guanabara a funcionalidade de defesa e abrigo (BARROS, 2002), como mostram os mapas da formação da cidade do Rio de Janeiro presentes no ANEXO 1.

Rota de contrabando das antigas colônias espanholas, além de tráfico e contrabando de escravos, a cidade tinha no porto o elemento central do urbano e da própria constituição da vida urbana. A mudança da função militar para portuária desencadeou a “descida” do Morro do Castelo, e a ocupação das áreas de planície ao longo do século XVII, além dos já ocupados morros da Conceição, de Santo Antônio e de São Bento (BARROS, 2002).

Em 1763, o Rio de Janeiro ganha o status de capital da colônia, ratificando seu papel geopolítico – ao afirmar sua centralidade – e geoeconômico – através do comércio de escravos, mandioca, ouro, cana de açúcar, além de produtos voltados para o abastecimento da região das minas no sertão brasileiro. Tal mudança levou à cidade diversas obras de infraestrutura, como a construção dos Arcos da Lapa – que serviu de aqueduto para minimizar os problemas de abastecimento da área urbana -, do Paço Imperial, do Chafariz do Mestre Valentim, entre outros investimentos (BICALHO, 2006).

O século XIX é marcado por grandes transformações políticas e produtivas na cidade do Rio de Janeiro, provocando fortes impactos na estrutura urbana da mesma. O porto ainda ratificava a função mercantil da cidade, porém a criação de bancos comerciais, da bolsa de valores e os impactos da Revolução Industrial na Inglaterra marcam um novo momento na dinâmica da capital (MOTTA, 2005).

Dentre os principais impactos da Revolução Industrial Européia sobre a cidade do Rio de Janeiro, destacam-se a expansão do setor têxtil, a organização do sistema de coleta de lixo pelo empresário Francês Aleixo Gary contratado pelo Ministério Imperial

em 11 de outubro de 1876 (IBGE, 2011), a criação da empresa Rio de Janeiro City Improvement Company Limited - responsável pela coleta de esgoto na cidade – em 1862 (GOMES, 2005), o desenvolvimento dos sistemas de iluminação a gás, de telégrafo e telefonia – através da instalação de cabos submarinos -, além da construção das adutoras de São Pedro e Tinguá, para o abastecimento de água da cidade, e das obras de infraestrutura do porto, concretizadas no governo Pereira Passos. Porém, além de todos esses investimentos realizados na capital, deve-se destacar a implantação do sistema de ferrovias e de bondes, já que esses efetivamente provocaram a expansão da malha urbana da capital, ligando as áreas periféricas ao centro.

Assim, ainda no século XIX, a cidade crescia em dois eixos: um em direção ao bairro de Botafogo e aos Maciços da Zona Norte e Sul, marcado pelo fluxo da população mais abastada economicamente, seguido por grupos menos privilegiados que serviriam de mão de obra ao primeiro, interligado ao centro através de bondes com preços elevados (SILVA, 2005), e outro em direção à Zona Oeste, influenciado pela construção da Estrada de Ferro Central do Brasil, de bairros operários e pela transferência do matadouro para o bairro de Santa Cruz, que, associados aos elevados custos de moradia na área central, provocaram o deslocamento de parte da população menos abastada para áreas ao longo da linha do trem (TROMPOWSKY, 2005). Mas apesar desses movimentos, grande parte da população permaneceu na área central, devido aos menores custos de transporte e maior oferta de trabalho, até as reformas urbanas do início do século XX (ABREU, 2003).

É importante destacar que a proximidade ao mar não agregava valor imobiliário. O ideal sanitário associado aos princípios do Arcadismo, fortemente presentes no Brasil até os primeiros anos do século XIX, e do Romantismo, característicos do período Joanino (1808-1821), ainda influenciava a valorização dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo assim, uma estrutura urbana diferenciada já começava a se esboçar, já que a segunda metade do século XIX foi marcada pelos melhoramentos urbanos das freguesias centrais da cidade (MOTTA, 2005). Encarar o ambiente do litoral como espaço de lazer é algo que remonta basicamente o início do século XX no Brasil. O mar anteriormente era encarado como o espaço do desconhecido, como algo hostil, instável, que despertava medo e curiosidade. Para a igreja o oceano era visto como objeto de punição, símbolo do purgatório, e, para os navegadores, era um espaço de combate. O mar estava presente em variadas previsões do apocalipse. Para alguns era “recipiente líquido dos monstros, um mundo condenado em cuja obscuridade se entredevoram

criaturas malditas” (COBIN, 1989, p. 17). Já a praia era enxergada como o “receptáculo dos excrementos do mar; é ao longo da praia que este se purga e expele seus monstros” (COBIN, 1989, p. 23). O imaginário, baseado em um conjunto de representações, era, até o século XVIII, mais influenciado por crenças do que os relatos de viagens.

É apenas no século XVIII na Europa, que a praia vai ser encarada como um ambiente amistoso, visão essa que se deve a prática médica desenvolvida na época, como mostra COBIN (1989). Na cidade do Rio de Janeiro essa valorização dos ambientes praias se destaca no século XX, quando a população mais abastada passou a ter hábito de comprar ou construir suas casas de veraneio em áreas de praia na periferia da cidade e/ou em cidades próximas.

“Pouco após a metade do século XVIII, a moda do banho de mar nasce de um projeto terapêutico; os médicos prescrevem uma verdadeira cura inspirada no modelo proposto pelas estâncias termais, então muito em voga. De repente o banho de mar se apresenta como uma prática estritamente codificada; em cada estância, um estabelecimento municipal depressa se encarregará de modular a temperatura da água e de proporcionar todos os serviços necessários à execução das prescrições médicas” (COBIN, 1989, p. 81).

A partir daí, a praia passa a se apresentar como um ambiente salubre, onde a água e a brisa podem trazer grandes benefícios para a saúde da população que a frequenta. O banho de mar passa a ganhar adeptos, masculinos e femininos, que apresentam comportamentos diferenciados devido ao enorme simbolismo que o ambiente trazia para a época, como o aspecto erótico do banho para mulheres (e para homens), e de coragem, para o homem, quando este desafia os perigos através da natação.

O século XX pode ser interpretado como o ano das reformas urbanas na capital do Rio de Janeiro. Embalada pelos ideais positivistas claramente visíveis na bandeira da República do Brasil através dos dizeres “Ordem e Progresso”, a produção da “Cidade Maravilhosa” é marcada pelas reformas de Pereira Passos, prefeito do Distrito Federal durante o governo do presidente Rodrigues Alves. (MOTTA, 2005)

O uso da palavra reforma pode ser justificado pelo fato de as mesmas terem provocado alterações estruturais que influenciaram diretamente o comportamento social

da população, gerando não apenas a alteração nas formas, mas, especialmente, no conteúdo do urbano.

“A sociedade brasileira vivenciou, nas primeiras décadas do século XX, um processo vertiginoso de aceleração do ritmo de transformação de suas estruturas constitutivas e cognitivas. O impacto da superação das formas de trabalho servil e o ingresso efetivo de crescentes segmentos sociais no universo das relações capitalistas de produção propiciou, nos principais centros urbanos do país, um completo reordenamento das relações sociais e do universo referencial destas populações. Configurava-se então, aos olhos das elites urbanas, um modelo de percepção de uma nítida dicotomia entre um *Brasil Atlântico*, portos e portas abertas às ondas dos mares das transformações, e um *Brasil Sertanejo*, que, muito mais que a partir de um limite territorial, era distinguido por uma autêntica e radical diacronia.” (SARMENTO, 1998, p. 01)

As políticas higienistas protagonizadas por Oswaldo Cruz e Pereira Passos, associadas à construção de largos bulevares baseados no modelo francês, aos diversos aterros e desmontes de morros, objetivando a abertura de vias de circulação e novas áreas para a exploração imobiliária, e à política do “Bota Abaixo” mostram que, em nome de uma ruptura com o passado monárquico e da busca por formas que legitimassem a república, as reformas na cidade do Rio de Janeiro tiveram um caráter extremamente seletivo – pela concentração na área central -, autoritário – pela falta de consulta popular -, e excludente – pela pressão sobre a população mais pobre através da remoção dos cortiços, como mostra Maurício de Almeida Abreu.

“A melhoria das condições de circulação não foi conseguida, entretanto, sem altos custos sociais. De um lado, no plano material, ela resultou no arrasamento de diversos quarteirões centrais, que não só abrigavam as mais diversas atividades geradoras de emprego, como também eram local de residência de numerosa população operária. De outro, determinou o desaparecimento gradual de toda uma gama de serviços ligados ao transbordo de mercadorias que, se oneravam os custos da circulação,

davam também ocupação remunerada a numerosa força de trabalho (carroceiros, remadores etc.).” (ABREU, 2003, p. 222)

Como consequências para a malha urbana pode-se dizer que as reformas abriram a cidade para sua expansão em direção ao bairro do Flamengo e Botafogo. Por outro lado, provocou também a remoção da população de baixa renda da área central que se tornou extremamente valorizada. Aqueles que tinham condições financeiras mudaram para a Zona Norte, já atendida pelas linhas de bonde, mas aqueles que não possuíam tais recursos se viram obrigados a mudar-se para as favelas que surgiam em diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro, acelerando o crescimento das mesmas.(SILVA, 2005)

Tais políticas excludentes e repressivas aparecem em diversos momentos na história da cidade, provocando intensa mobilidade espacial da população, como pôde ser verificado nas políticas de remoção das favelas durante os anos de 1960, que gerou a expulsão da população menos abastada para outras áreas que, naquele momento, eram extremamente distantes do centro urbano da capital. Assim surgem as favelas em bairros que somente hoje são valorizados pelo capital imobiliário, como é o caso da Cidade de Deus, em Jacarepaguá.

SARMENTO (1998) trata sobre os relatos de Magalhães Corrêa, pesquisador que exercia cargo de conservador no Museu Histórico Nacional e que, em 1929 comprou uma pequena chácara no bairro de Jacarepaguá a fim de estudar as espécies da flora ribeirinha carioca. Nesse contexto o autor transcreve uma passagem de recomendação do trabalho de Magalhães Corrêa feito a época:

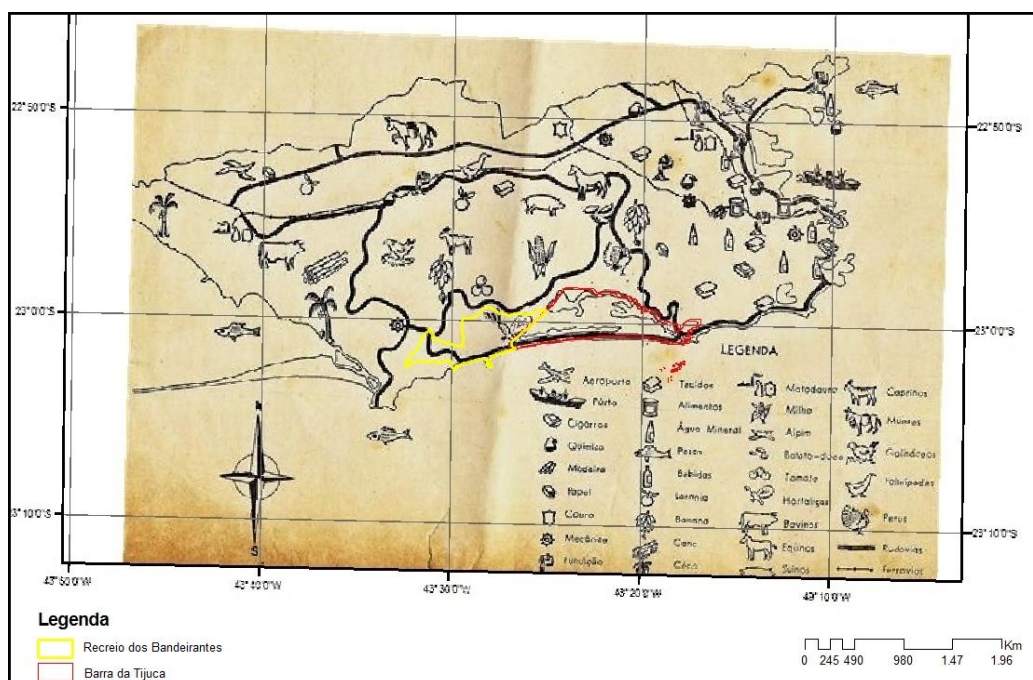
“Quantos cariocas saberão, por ventura, que a três ou quatro horas do centro urbano, ainda se encontram onças, entre elas a sussuarana e a jaguatirica, e capivaras, e estranhos símios, entre os quais o guariba que há muitos anos Emílio Goeldi já dava como raridade nas serras de Teresópolis (...) Tudo por ali é um vasto mundo ainda virgem, com um homem ainda meio primitivo, vivendo da caça, da pesca, do fruto silvestre, em rancho à beira do brejo ou na mata, solitário com os seus cães, a sua quase piroga, o seu pau de fogo, irmão do bacamarte, a sua rede, a sua tarrafã, o seu facão, a sua panela de barro, o seu moquem.” (CORRÊA, 1976, p. 12-13 apud SARMENTO, 1998, p. 7)

E ainda:

“A duas horas do Palácio Monroe ainda hoje fazem farinha de mandioca no sertão da Guaratiba, empregando o tipity, igualmente aos que em 1500 serviam para espremer a massa da many. Quer, por ventura, isso dizer que a nossa terra ficou ancorada no atraso daquele século? Nunca, a sobrevivência prova, apenas, que a cidade de maravilha tem sabido crescer e dominar, sem renegar a sua origem.” (CORRÊA, 1976, p. 12-13 apud SARMENTO, 1998, p. 7)

Dessa forma, como mostram os mapas da ocupação da cidade do Rio de Janeiro, presentes no ANEXO 2, a mesma cresce em dois eixos, sem que o tecido urbano tivesse chegado à baixada de Jacarepaguá até a década de 1980. Porém, pode-se observar que já na década de 1960 havia uma pequena concentração populacional residindo no bairro do Recreio dos Bandeirantes. Essa população era composta por agricultores de hortaliças que residiam no local, como mostra a figura 2, que identifica as atividades econômicas presentes no antigo Estado da Guanabara durante a década de 1960.

Figura 2 - Mapa econômico da Guanabara – Década de 1960



Fonte: Adaptado pelo autor de *Jornal do Brasil*, Escola de notícia. Ano 1, nº9.

Se por um lado, o bairro do Recreio dos Bandeirantes era ocupado por produtores de hortaliças, por outro o mesmo já se encontrava sob o foco dos interesses de agentes imobiliários que, de diversas formas, disputavam e controlavam a posse dos terrenos existentes na região. Dentre estes agentes, destacam-se aqueles que são considerados os três grandes proprietários de terra da região da Barra da Tijuca: Pasquale Mauro, acionário do Banco de Crédito Móvel que, segundo o mesmo, era detentor de terras na região, Carlos Carvalho Hosken e Tjong Hiong Oei, mais conhecido como o Chinês, apesar de ser de Cingapura.

Em relação à propriedade das terras, existem diversas denúncias de grilagem e de outras irregularidades envolvendo alguns desses agentes imobiliários. Atualmente existe uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os processos de registros de posse no 9º Cartório de Registro Geral de Imóveis (RGI), e tem como um de seus principais investigados, o Sr. Paquale Mauro (ALERJ, 2011).

Em terras de Tjong Hiong Oei, surgiram empreendimentos como os condomínios Nova Ipanema, Novo Leblon e Santa Mônica. Já Carlos Carvalho Hosken deu origem ao grupo Carvalho Hosken, uma das principais construtoras da região, com empreendimentos como Rio 2, Cidade Jardim e Península. Acredita-se que Carlos

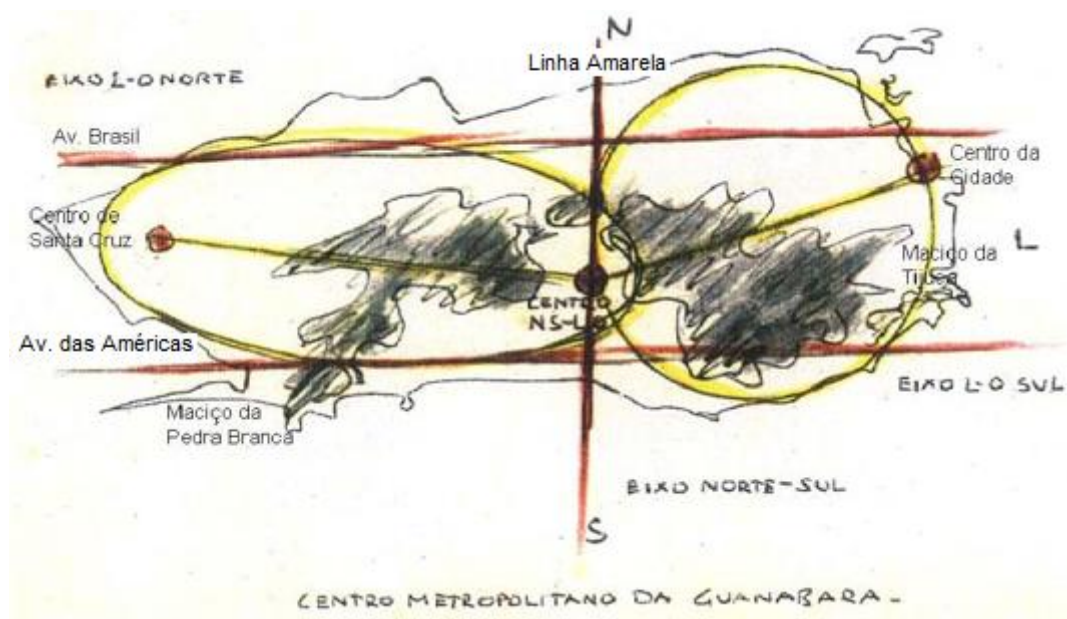
Carvalho Hosken e Pasquale Mauro possuíram juntos mais de 20 milhões de metros quadrados em terras na região da Barra da Tijuca (O GLOBO, 2012).

A expansão da infraestrutura de transporte, associada ao modelo de marketing imobiliário promovido pelos agentes imobiliários (Figura 4), acelerou o processo de ocupação da região da Barra da Tijuca e, posteriormente, incluiu o bairro do Recreio dos Bandeirantes. Dentre as obras que impulsionaram esse crescimento, pode-se incluir a abertura do Elevado do Joá em 1969, inserida no contexto do planejamento de Lúcio Costa de interligar o Centro da Cidade a Santa Cruz através de um novo “Central Business District” que seria a Barra da Tijuca (REZENDE e LEITÃO, 2003), e a abertura da Linha Amarela em 1997.

Assim, SILVA (2007) destaca quatro fatores que impulsionaram o crescimento da região da Barra da Tijuca:

- 1 – A exploração das belezas naturais pelas empresas de marketing imobiliário, que convidam o comprador a desfrutar de um modelo de vida mais relaxante, envolvendo arte, relaxamento, família, natureza, segurança e divertimento.
- 2 – A concentração das terras nas mãos de poucos proprietários, acelerando o processo de ocupação.
- 3 – Investimentos do Governo Federal, por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), incentivando as grandes incorporadoras a construírem visando às camadas sociais médio-altas.
- 4 – Massivos investimentos públicos em obras viárias, especialmente entre 1966 e 1982, facilitando o acesso ao bairro e corroborando para as atividades imobiliárias.

Figura 3 - Croquis de Lucio Costa para os Eixos do Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá.



Fonte: Adaptado de SILVA, 2007

Figura 4 – Marketing Imobiliário no Recreio dos Bandeirantes.



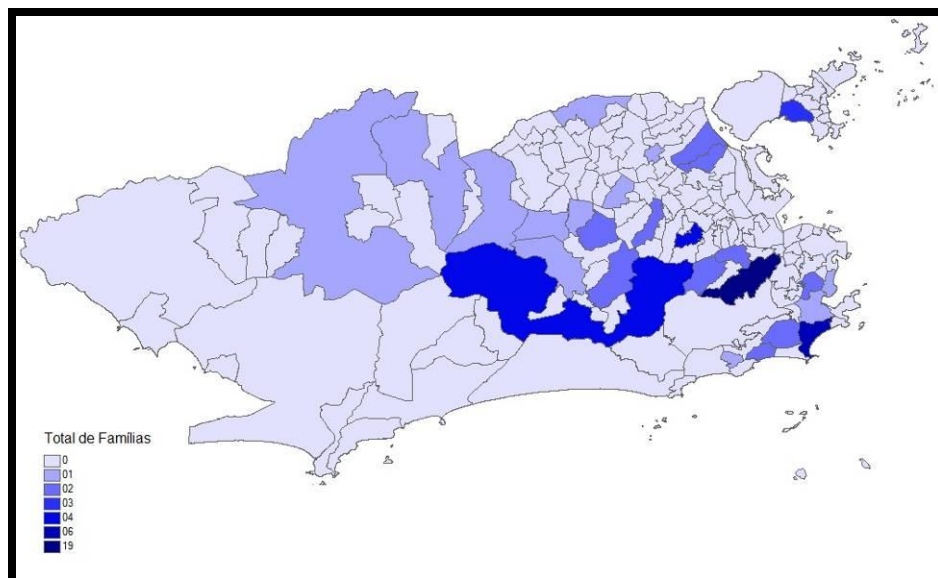
Fonte: Propagandas de empreendimentos imobiliários organizadas pelo autor em 20/12/2011.

Por um lado, houve investimentos na construção de grandes estruturas viárias, como a Avenida das Américas que atualmente está, em fase de duplicação no trecho do bairro do Recreio dos Bandeirantes, possuindo doze faixas de circulação. Por outro lado, houve forte apropriação e fechamento de vias públicas que, segundo o Plano Piloto elaborado por Lúcio Costa para a ocupação da Barra da Tijuca (REZENDE e LEITÃO, 2003), serviriam para reduzir a pressão de veículos sobre algumas das vias principais, especialmente sobre a Avenida das Américas e a Avenida Lúcio Costa (antiga Av. Sernambetiba). Tal modelo evidencia o caráter segregacionista da ocupação dessa região, com a formação de condomínios.

Esse modelo de urbanização, visível especialmente nesta área da cidade do Rio de Janeiro, corrobora com aquele descrito por Corrêa (2005), onde o autor, com base em autores como Marx, Poulantzas, Guiddens e Harvey, relaciona a segregação espacial residencial à estrutura das classes sociais” (CORRÊA, 2005, p. 61).

Essa estrutura fica evidente quando representada através dos fluxos de migrantes intra-urbanos na cidade do Rio de Janeiro, que passaram a residir nos bairros da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. Em levantamento realizado através da aplicação de questionários (ANEXO 3) junto a 74 moradores destes bairros, foi identificada a origem de cada família como forma de mapear os fluxos familiares em direção à região. Foi verificado que a grande maioria das famílias era constituída por migrantes oriundos de bairros da Zona Norte da cidade, e que faziam parte das classes mais abastadas destes mesmos bairros (Figura 5), atribuindo esse movimento à busca por melhores condições de vida, fuga da violência e proximidade com a natureza.

Figura 5 – Bairros de origem de moradores Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. Número de famílias segundo bairros.



Fonte: Mapa elaborado pelo autor.

Segundo Corrêa (2005) o processo de expansão urbana encontra-se diretamente relacionado aos interesses de agentes sociais que fazem e refazem a cidade através de estratégias e ações concretas que desempenham nesse contexto. Assim, o autor destaca cinco agentes modeladores da cidade:

- 1 Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- 2 Os proprietários fundiários;
- 3 Os promotores imobiliários;
- 4 O Estado;
- 5 Os grupos sociais excluídos;

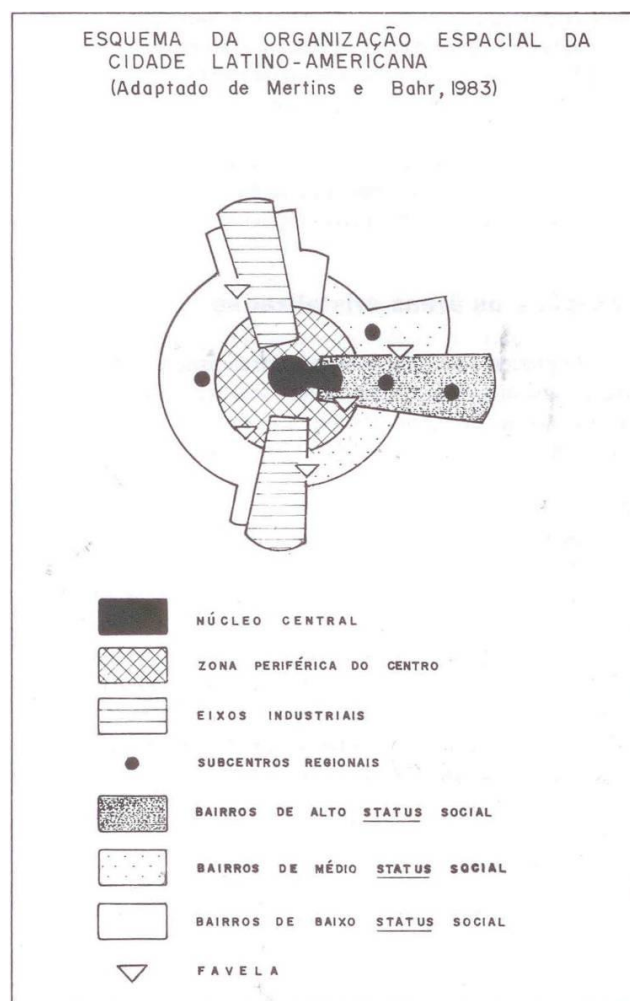
Dentre esses agentes, os últimos quatro podem ser claramente identificados no bairro do Recreio dos Bandeirantes. São eles:

- os proprietários fundiários, na figura dos grandes donos das terras da região e dos novos proprietários que, ao adquirirem seus imóveis, visam à valorização dos mesmos.

- os promotores imobiliários, na figura das grandes construtoras que criam a imagem do novo “*life style*” através do marketing imobiliário.
- o Estado, por meio de políticas públicas de infraestrutura direcionadas à estética em detrimento das necessidades básicas.
- os grupos sociais excluídos, ou precariamente incluídos já que fazem parte do modelo de reprodução do capital de diversas formas, através das reivindicações pela posse da terra e na luta contra as remoções impostas pelos outros agentes.

Por fim, esse modelo de expansão urbana foi descrito em Corrêa (2005) com base no esquema da organização espacial da cidade Latino-Americana de Mertins e Bahr (1983) como mostra a figura 6.

**Figura 6 - Esquema da Organização Espacial da Cidade Latino-Americana
(adaptado de Mertins e Bahr, 1983)**



Fonte: CORRÊA, 2005, p. 75

O caráter individualizado da ocupação descrito anteriormente, reduzindo o público ao privado, também pode ser observado no modelo de implantação da estrutura sanitária existente na região. Para Machado (2007) a promoção do “espetáculo urbano” (DÉBORD, 1997) cresceu em detrimento da estruturação básica da cidade.

Enquanto o abastecimento de água para a população da Barra da Tijuca já se encontrava implantado pelo Estado na década de 1980, o mesmo não poderia ser dito em relação ao esgotamento. Dessa forma, a região da Barra da Tijuca passa a seguir o modelo problemático de implantação de sistemas de esgotamento no qual a cidade do Rio de Janeiro se insere desde o século XIX (GOMES, 2005).

Segundo EVANGELISTA (1988), houve um longo período de discussões sobre qual modelo de saneamento seria implantado na região da Barra da Tijuca. As mesmas envolviam representantes de associações de moradores, imprensa (com destaque para o Jornal O Globo), associações ecológicas, Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA), além de professores da Universidade de Santa Úrsula, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF), Fundação Oswaldo Cruz e da Fundação Jardim Botânico.

Em relato realizado pelo autor em 1981, a questão do equipamento sanitário já estava aos poucos preocupando os moradores do bairro, pois áreas do Tijucomar, Jardim Oceânico e, particularmente, a Rua Ivan Raposo, já apresentavam sérios problemas com poças de esgotos, as conhecidas “valas negras” no meio das vias públicas (EVANGELISTA, 1988).

Essa discussão acerca de instalações de equipamentos sanitários tornava-se mais importante quando se discutia como ficaria a situação dos grandes condomínios, que arcavam com uma dupla tributação, tendo, a construtora, que assumir a instalação e, o condomínio, a manutenção das estações particulares de tratamento de esgoto. Este último tinha, também, que pagar as taxas de esgotamento à Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE). Assim, o esgotamento passou a ficar a cargo de grupos empresariais que também passaram a participar das discussões sobre a estrutura. As queixas fizeram com que em 1982, a CEDAE assumisse a manutenção das estações nos condomínios.

Algumas alternativas foram apresentadas para minimizar o problema do esgotamento na região. Dentre elas pode-se destacar a construção de um emissário submarino, seguindo o modelo já implantado na praia de Ipanema, apoiada pelo Banco

Nacional de Habitação que teria interesses por trás de obras com custos elevados, relacionados a consultoras, empreiteiras e instituições financiadoras. Porém, esta opção foi fortemente criticada pela população, que temia o retorno do esgoto, a poluição das praias e a consequente desvalorização dos imóveis na região. Prevendo que a ligação das estações ao emissário submarino delimitasse de alguma forma a expansão da promoção imobiliária, as empresas passam também a temer esse modelo proposto.

Em setembro de 1983 foi proposto um modelo alternativo que previa a criação de lagoas de estabilização que em uma área cavada receberia esgoto *in natura* através de rede tradicional. Essas lagoas significavam uma opção mais barata e estabeleciam um tratamento primário do esgoto antes de o mesmo ser despejado em lagoa, rio, ou outros.

Porém, como afirmou o secretário de obras da época, as terras disponíveis para a construção das lagoas de estabilização encontravam-se nas mãos de particulares, o que o levou a apoiar a opção pela construção do emissário submarino como forma de livrar-se do esgoto, ou seja, de afastar aquilo que é indesejável.

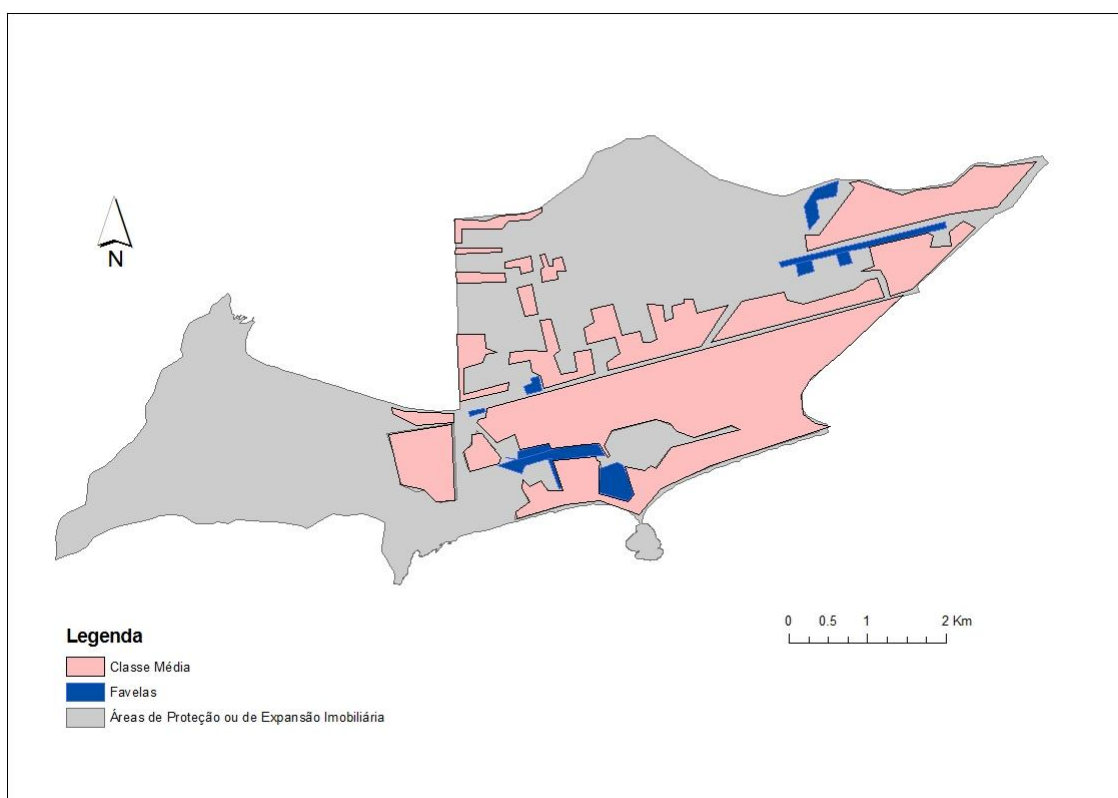
No curso dos anos de 1985 e 1986, a reivindicação dos moradores superou a discussão entre emissário e lagoas de estabilização, passando a envolver também o tratamento do esgoto, antes de o mesmo ser lançado ao oceano, via emissário. Diversos projetos e discussões se sucederam desde então, mas sem que trouxessem resultados efetivos sobre as opções de tratamento primário do esgoto. Apenas em 2006, o emissário submarino da Barra da Tijuca foi inaugurado, ainda que sob críticas já que o programa de saneamento da região somente estava previsto para ser concluído em 2008. Ainda sobre as críticas ao emissário, MACHADO (2007) destaca:

“ Outro ponto relevante, considerando o caso específico da cidade do Rio de Janeiro, diz respeito à conquista de eventos internacionais, como a realização dos Jogos Panamericanos de 2007, que evidencia a “necessidade” de se investir em infraestrutura básica, na qual o saneamento, atrelado à questão ambiental, assumiu posição de destaque no conjunto das intervenções urbanas exigidas pelas entidades organizadoras da competição supramencionada. Neste caso os investimentos em redes de esgotamento sanitário tornam-se prioridade apenas perante a imposição de eventos, obscurecendo sua real importância como elemento estruturador da configuração sócio-espacial das cidades.” (MACHADO, 2007, p. 44)

Se por um lado, a participação popular sobre a decisão do modelo de saneamento a ser adotado no bairro da Barra da Tijuca se mostrou presente, por outro, o modelo implantado no bairro do Recreio dos Bandeirantes não levou em consideração as necessidades e as características das populações locais.

O bairro do Recreio dos Bandeirantes apresenta duas realidades distintas, como mostra a figura 7. Enquanto existem moradores que fazem parte das classes mais abastadas, existem outros moradores que estão em camadas economicamente mais pobres. Essa divisão de classes se reflete no espaço através da criação de diferentes territórios.

Figura 7 – Tipo ocupação - Recreio dos Bandeirantes



Fonte: Censo demográfico de 2010 (IBGE). Mapa elaborado pelo autor.

Até o ano de 2010, as ligações de esgotamento sanitário no Recreio dos Bandeirantes por parte da CEDAE eram precárias ou inexistentes. Assim, grande parte dos moradores recorria a soluções individuais para se desfazer de seus resíduos

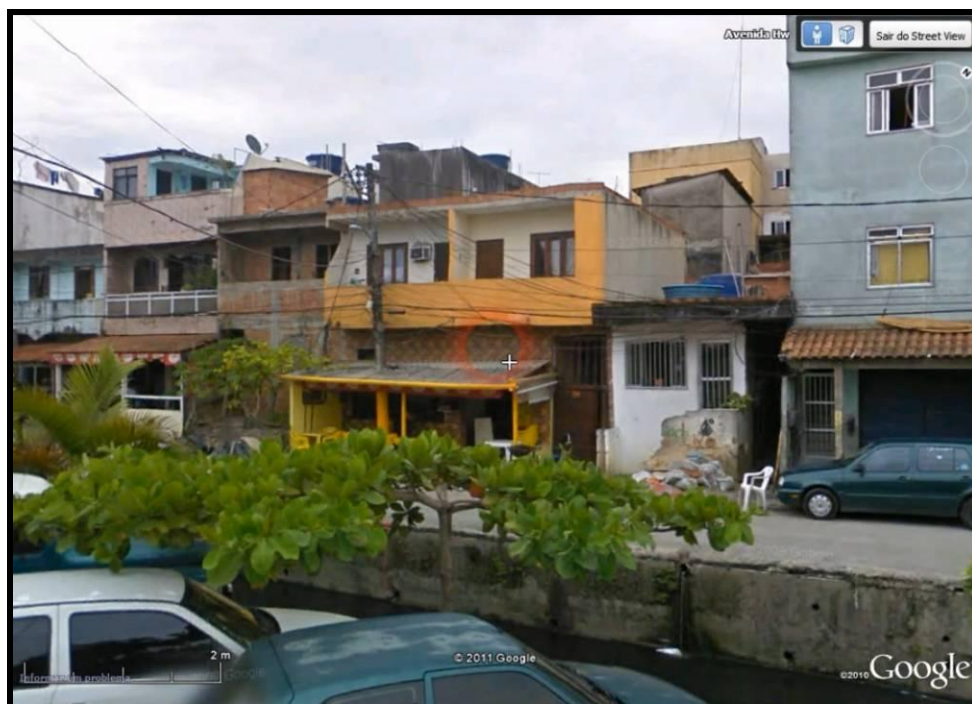
domésticos. Em áreas de classes mais abastadas, observava-se a grande presença de fossas sépticas, que muitas vezes eram instaladas a poucos metros de poços artesianos, já que essa era a principal forma de acesso a água doce até o ano de 1997, e até hoje é uma forma bastante usada para obter tal recurso.

Observava-se também que grande parte dos domicílios tinha seu sistema de esgotamento diretamente ligado à estrutura de águas pluviais, sendo indiretamente jogada aos rios e canais existentes no bairro, como mostra o relato de um morador, retirado da coluna “EU VI E FOTOGRAFEI” do “Jornal do Recreio”.

“No dia em que saímos para fazer a matéria sobre os jacarés que viraram atração no Canal, nos deparamos com essa manilha jorrando possivelmente esgoto *in natura* no Canal, bem próximo da ponte nova. O dia estava ensolarado e não tinha chovido há 4 dias! Pela espessura deve ser uma manilha da rede pluvial, mas se não choveu, porque tanta água?? O curioso é que um quilômetro a frente, na Gláucio Gil, foi inaugurado há meses uma estação de tratamento da Cedae que disseram ia melhorar a qualidade do esgoto, que seria tratado e devolver aos poucos as águas do canal suas condições normais, ou pelo menos aceitáveis. Vale lembrar, que parte da rua ainda não está ligada à rede. Na direção desta manilha ainda existe uma pequena comunidade atrás das construções e shopping ali existentes. Com a palavra, Cedae.” (JORNAL DO RECREIO, 2011, p. 11)¹

Nas áreas de favela, tomando-se aqui a comunidade do Terreirão como recorte espacial para análise, por esta ser a maior e mais populosa do bairro, a forma mais comum de esgotamento existente, especialmente entre aqueles que moram próximo aos canais que cortam a favela, era o despejo individual direto através de tubulações ligando as casas ao canal, como mostra a figura 8.

¹ A reportagem foi transcrita exatamente da forma que se encontra no jornal.

Figura 8 – Soluções Individuais por despejo direto

Fonte: Google Street View, acessado em Julho de 2011.

No ano de 2010, com vistas aos eventos que serão sediados na cidade do Rio de Janeiro, especificamente as Olimpíadas 2016 e a Copa do Mundo de Futebol de 2014, o Estado inicia uma série de obras de infraestrutura sanitária com o objetivo de cumprir com uma das metas impostas pelos comitês organizadores de tais, que é a despoluição das lagoas da região da Barra da Tijuca.

Mais uma vez a implantação de infraestrutura sanitária, necessária à manutenção da qualidade de vida da população, se mostrou diretamente atrelada a interesses alheios às necessidades locais, seguindo, o mesmo modelo ocorrido no ano de 2007 no bairro da Barra da Tijuca. Assim, esse modelo de ação do Estado mostra como forças externas ao lugar (verticalidades) se sobrepõem aos reais interesses dos atores locais (horizontalidades).

Ao longo dos anos de 2010 e 2011 a população local se via frente a uma série de obras que gerava diversos transtornos, como calçadas quebradas e congestionamento, mas que não tinham objetivos claros para os moradores. Como afirma a presidente da Associação de Moradores da Vila Amizade, dona Maria Aparecida, muitos diziam que não sabiam o motivo de tantos buracos, reclamando por acreditarem que os mesmos estavam sendo feitos para passagem do cabeamento da empresa NET.

Nesse período de transtornos à população, as principais mídias locais permaneceram em silêncio com relação ao que estava acontecendo, deixando, assim, de abordar as obras de esgotamento em andamento no bairro.

4.2 - O Que Dizem os Moradores

Frente ao processo de implantação da rede de esgotamento sanitário, tornado invisível pela mídia e obscurecido pelo Estado, que não informava claramente o objetivo daquelas obras, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários para a população local para saber como a população do bairro, em seus diversos contextos, representam seus respectivos modelos de esgotamento sanitário.

Dentre as perguntas presentes nos questionários aplicados, foram selecionadas aquelas que possuem relação mais direta com o objeto da presente pesquisa. Dessa forma destacam-se: “Quais os principais problemas existentes no seu bairro?”, “Em relação à abordagem da mídia sobre os problemas do seu bairro, como você a considera?”, “Como você considera a infraestrutura de esgotamento existente no seu bairro?”, “Você considera sua estrutura de esgotamento doméstico adequada para a manutenção da sua qualidade de vida?”, “Onde é despejado seu esgoto doméstico?”, “Qual o destino de seu esgoto doméstico?” e “Qual o incômodo causado pelo esgoto do seu bairro?”.

Figura 9 – Quadro de Respostas - Quais os principais problemas encontrados no seu bairro?

Frequência de respostas à pergunta: "Quais os principais problemas encontrados no seu bairro?"			
RESPOSTAS	TOTAL	Apenas não moradores de Favelas	Apenas moradores de Favelas
Violência	25,7%	26,7%	20,0%
Trânsito	40,0%	40,0%	40,0%
Iluminação	28,6%	33,3%	0,0%
Coleta de lixo	5,7%	3,3%	20,0%
Carência de serviço de esgoto	37,1%	40,0%	20,0%
Favelização	31,4%	30,0%	40,0%
Outros	17,1%	20,0%	0%
Obs1: 4 questionários não tiveram essa questão respondida			
Obs2: O respondente poderia assinalar até duas respostas			

Figura 10 - Quadro de Respostas - Como você considera a abordagem da mídia com relação aos problemas do seu bairro?

Frequência de respostas à pergunta: "Como você considera a abordagem da mídia com relação aos problemas do seu bairro?"			
RESPOSTAS	TOTAL	Apenas não moradores de Favelas	Apenas moradores de Favelas
Muito Boa	0,0%	0%	0%
Boa	8,6%	10,0%	0%
Razoável	25,7%	23,3%	40,0%
Fraca	57,1%	60,0%	40,0%
Nunca vi tais assuntos na mídia	8,6%	6,7%	20%
Obs1: 4 questionários não tiveram essa questão respondida			

Figura 11 - Quadro de Respostas - Como você considera a infraestrutura de esgotamento existente em seu bairro?

Frequência de respostas à pergunta: "Como você considera a infraestrutura de esgotamento existente em seu bairro?"			
RESPOSTAS	TOTAL	Apenas não moradores de Favelas	Apenas moradores de Favelas
Suficiente	5,7%	6,7%	0%
Insuficiente	94,3%	93,3%	100%
Obs1: 4 questionários não tiveram essa questão respondida			

Figura 12 - Quadro de Respostas - Você considera sua estrutura de esgotamento doméstico adequada para a manutenção da sua qualidade de vida?

Frequência de respostas à pergunta: "Você considera sua estrutura de esgotamento doméstico adequada para a manutenção da sua qualidade de vida?"			
RESPOSTAS	TOTAL	Apenas não moradores de Favelas	Apenas moradores de Favelas
Não	47,1%	48,3%	40%
Sim	52,9%	51,7%	60%
Obs1: 5 questionários não tiveram essa questão respondida			

Figura 13 - Quadro de Respostas - Onde é despejado o seu esgoto doméstico

Frequência de respostas à pergunta: "Onde é despejado o seu esgoto doméstico"			
RESPOSTAS	TOTAL	Apenas não moradores de Favelas	Apenas moradores de Favelas
Rede coletora da CEDAE	60,6%	65,4%	25%
Canais, Valões, Rios, Lagoas ou Mar	21,2%	13,8%	75%
Fossa Séptica	18,2%	20,7%	0%
Não possuo ligação de esgoto em casa	0%	0%	0%
Obs1: 6 questionários não tiveram essa questão respondida			

Figura 14 - Quadro de Respostas - Qual o destino de seu esgoto doméstico?

Frequência de respostas à pergunta: "Qual o destino de seu esgoto doméstico?"			
RESPOSTAS	TOTAL	Apenas não moradores de Favelas	Apenas moradores de Favelas
Lançado em lagoas ou canais	12,1%	10,3%	25%
Lançado no mar	18,2%	20,7%	0%
Infiltrado no solo por canaletas ou fossas	12,1%	10,3%	25%
Não sei	57,6%	58,6%	50%
Outro	0%	0%	0%
Obs1: 6 questionários não tiveram essa questão respondida			

Figura 15 - Quadro de Respostas - Qual o incômodo causado pelo esgoto do seu bairro?

Frequência de respostas à pergunta: "Qual o incômodo causado pelo esgoto do seu bairro?"			
RESPOSTAS	TOTAL	Apenas não moradores de Favelas	Apenas moradores de Favelas
Não me incomoda	6,7%	7,4%	0%
O cheiro me incomoda em casa	0,0%	0,0%	0%
O cheiro me incomoda quando passo perto de canais	74,2%	70,4%	100%
O cheiro me incomoda quando passo perto de valões	64,5%	63,0%	75%
O possível contato com a água da chuva me preocupa em épocas de chuvas	48,4%	55,6%	0%
Já tive problemas de saúde, e atribuo os mesmos ao contato com esgoto sem tratamento	3,2%	3,7%	0%
Outros	19,4%	22,2%	0%
Obs1: 8 questionários não tiveram essa questão respondida			
Obs2: O respondente poderia assinalar até três respostas			

Os resultados da pesquisa indicam a insatisfação da população local em relação às instalações sanitárias existentes no bairro, apesar de grande parte dos respondentes afirmarem que possuem ligação de esgoto da CEDAE. Para os respondentes, o maior incômodo causado pela carência de esgotamento sanitário é causado pelo mau cheiro ao passar próximo aos rios, canais ou valões existentes no bairro. Apesar disso, o medo de um possível contato com a água contaminada também se mostrou uma preocupação presente. Estes problemas são, portanto, atribuídos a espaços no exterior dos domicílios, no território público e coletivo.

Observa-se na pesquisa, que o esgotamento figura dentre os problemas que mais preocupam a população do bairro. Apesar disso, outros problemas apareceram de maneira equilibrada, demonstrando que ainda são diversas as carências presentes no mesmo. Aquilo que mais chama a atenção nesse questionamento é como grande parte dos moradores enxerga o crescimento das favelas como um dos principais problemas do bairro.

Essa visão da favela como o problema do bairro está relacionada a diversos fatores que remontam ao modelo de ocupação do bairro e à abordagem da mídia local com respeito ao modelo organizacional daquele espaço. Dos 72 exemplares do caderno “O Globo Barra”, 30 continham a coluna de J.A Gueiros, destas, 8 apresentavam referências pejorativas ao Terreirão, referindo-se a este de forma bastante hostil, mostrando tal comunidade como sinônimo de sujeira e desorganização. Abaixo seguem algumas destas referências negativas à comunidade e apresenta uma postura de criminalização da pobreza.

“Uma área sempre tumultuada

O Terreirão sempre foi caótico, mas agora a bagunça tomou um vulto insuportável. A CEDAE fechou uma das pistas de acesso para fazer as obras programadas. Praticamente também fechou o tempo no local. Progresso.” (O GLOBO BARRA, nº 2139, p. 16)

“Com bolinhas

Voltaram os Garotos de Risco às esquinas do bairro, jogando bolinhas e pedindo esmolas.” (O GLOBO BARRA, nº 2171, p. 18)

“Mau exemplo

O Terreirão, com suas irregularidades e falta de disciplina e ordem urbana, corre o risco de transformar-se numa triste réplica do Complexo do Alemão, se as autoridades se descuidarem.” (O GLOBO BARRA, nº 2093, p. 26)

“Ordem e processo

Alex Costa, secretário de Ordem Pública, reuniu-se com as lideranças da Barra para discutir uma série de medidas visando a restabelecer o equilíbrio na área, sobretudo no tumultuado Terreirão” (O GLOBO BARRA, nº 2151, p. 20)

“O Terreirão vai se comportar

Uma Unidade de Ordem Pública patrulhará a região em caráter permanente, para reduzir a confusão. O Terreirão, onde as calçadas são

tomadas por camelôs e os quiosques se instalam no meio das ruas, terá que sofrer um Choque de Ordem” (O GLOBO BARRA, nº 2133, p. 20)

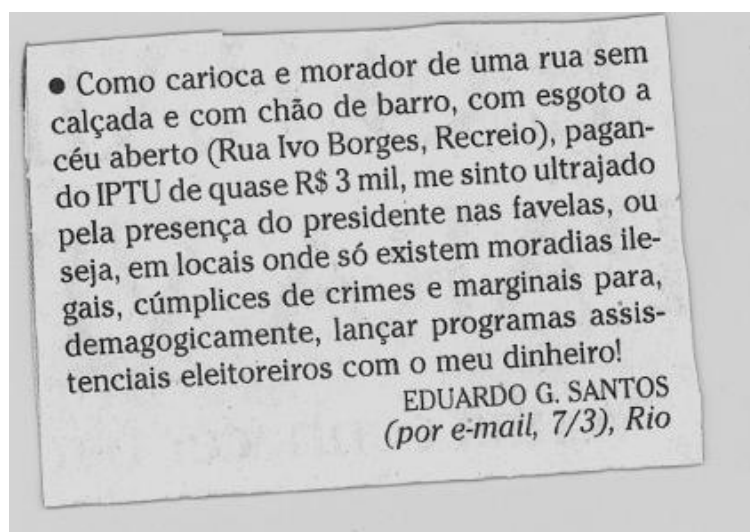
O que faz do Terreirão algo constrangedor ao morador da classe mais abastada é também o modelo de ordenamento territorial contrastante com aquele implantado no resto do bairro, que gera estranheza ao “de fora” e desvalorização daqueles imóveis que estão próximos a comunidade. Enquanto aquela comunidade apresentou um crescimento urbano espontâneo, sem regulação do Estado, as áreas voltadas para a classe mais rica foram loteadas de forma mais padronizada. Assim, enquanto a espontaneidade é característica marcante no cotidiano daquela comunidade, o distanciamento e o pouco contato entre vizinhos é predominante nas áreas de população mais abastada. A representatividade dos interesses da comunidade da classe mais abastada, que deveria ser atribuída à Associação de Moradores do Recreio (AMOR) não é reconhecida pelos moradores do Terreirão.

Se por um lado as associações de moradores existentes no Terreirão são reconhecidas pela comunidade como instituições de referência em caso de problemas, por outro as mesmas passam por problemas políticos e acusações de irregularidades pelo Ministério Público, o que coloca em dúvida a legitimidade desses líderes comunitários.

4.2.1 – Análise sobre o processo de implantação do sistema de esgotamento no Recreio dos Bandeirantes.

A reivindicação por infraestrutura de esgotamento sanitário no bairro do Recreio dos Bandeirantes se mostra presente ao longo do seu processo de ocupação. Tal reivindicação, apesar de suas diversas dimensões, dentre elas a dimensão Saúde/Ambiente, é feita através de cobranças por compensação de impostos pagos ao Estado, o que daria aos moradores de áreas economicamente mais abastadas maiores direitos ao serviço e, conseqüentemente, à saúde.

Um exemplo é uma carta de leitor ao jornal O Globo, que compara sua situação com outros habitantes da cidade, usando como condição de diferenciação o pagamento de impostos e a suposta marginalidade dos habitantes de favelas.

Figura 16– Relato do Morador

O modelo de esgotamento implantado no bairro do Recreio dos Bandeirantes, com vistas aos eventos esportivos anunciados para os anos de 2014 e 2016, vem sofrendo diversas críticas por parte dos moradores e de representantes das associações locais.

Segundo o presidente da Associação de Moradores da Comunidade do Canal das Taxas, Marcelo, os profissionais da CEDAE ao implantarem a rede de esgotamento na comunidade, não levaram em conta o conhecimento tácito dos moradores daquele território, afirmando que os engenheiros que estavam implantando a rede já haviam estudado a área e são especialistas em obras desse tipo. Como consequência desse processo verticalizado de implantação da rede de esgotamento na comunidade, tem havido diversos problemas de funcionamento da rede, como por exemplo, refluxos de esgoto para o interior das casas dos moradores. Segundo Marcelo:

“A CEDAE fez o projeto e passou para uma empresa terceirizada. Mas eu bati muito boca com os engenheiros. Eu sempre falei com eles – ah, mas eles são engenheiros – vocês têm que saber de uma coisa, aqui ninguém sabe quantas pessoas tem, ninguém sabe quantas casas tem porque se você tem uma, constrói cinco, faz aqueles quadradinhos (referência ao modelo de construção de sala, banheiro e cozinha muito comum no Terreirão). Ah, mas o cara estudou pra isso! É, mas ele não

viveu isso, então ele não sabe. Por exemplo, caixa de gordura. Caixa de gordura ninguém aqui tem. Então não tem sistema que agüente”

Tomando por base as definições de território apresentadas anteriormente, pode-se observar a existência de quatro agentes territoriais relacionados ao esgotamento sanitário no bairro do Recreio dos Bandeirantes, com interesses distintos. São eles: o morador das áreas mais abastadas, o morador das favelas, as associações de moradores e o Estado (na figura da CEDAE e dos órgãos de meio ambiente).

Para os moradores do bairro, os interesses estão relacionados ao desfazer-se dos dejetos domésticos produzidos. Além disso, aos mesmos interessa um ambiente visualmente limpo e sem impactos negativos à natureza. O que diferencia os moradores de cada um dos recortes territoriais aqui representados são as formas através das quais os mesmos se desfazem dos seus esgotos domésticos e a relação de proximidade com os rios e canais da região, já que os mais pobres demonstram ter, nos mesmos, uma referência de lugar muito latente.

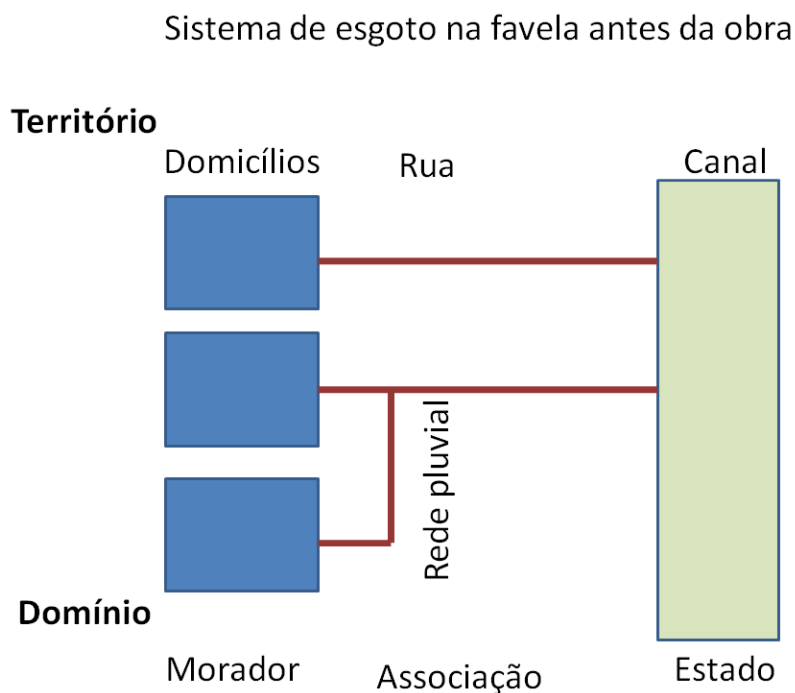
As associações de moradores figuram como o agente representativo dos interesses dos moradores, tendo, dessa forma, papel fundamental nas ações desenvolvidas pelo Estado no nível local por reconhecer as especificidades existentes no território. Nas áreas de favela, as associações também atuam como gestores do território, fornecendo documentos para a compra e venda de imóveis e de gestão da infraestrutura urbana, em alguns casos promovendo a limpeza de logradouros e manutenção de redes de água e esgoto.

Já o Estado, aparece como agente territorial através da gestão dos serviços de saneamento e como esfera responsável pela preservação ambiental, Este papel tem sido reforçado pela necessidade de adiantar o processo de implantação da infraestrutura com o objetivo de cumprir com as determinações dos comitês dos grandes eventos que ocorrerão na cidade do Rio de Janeiro.

Em uma situação hipotética, onde estariam minimizadas as insatisfações apresentadas pelos moradores, as tensões estariam reduzidas e pela menor sobreposição de interesses. Uma vez que esses interesses são ameaçados por atores sociais, externos ou internos ao território, a sobreposição se instaura e as disputas se acirram.

Assim chega-se a quatro modelos de organização territorial do esgotamento no Recreio dos Bandeirantes, destacados nos esquemas representados nas figuras 17, 18, 19 e 20.

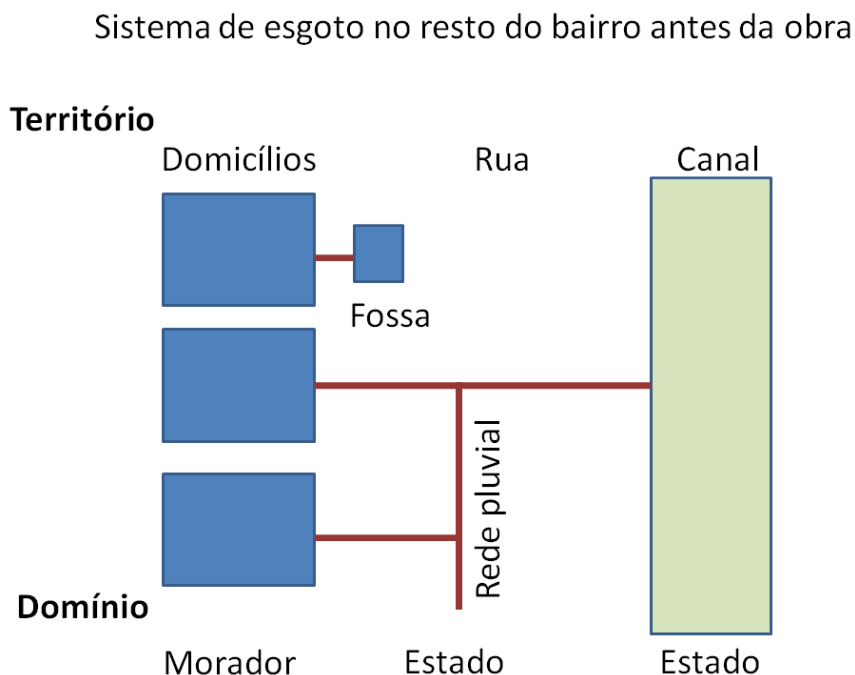
Figura 17 – Esquema territorial do esgotamento na favela antes da obra da CEDAE.



Nesse modelo, o Estado é o gestor do canal, responsável pela sua dragagem a fim de evitar possíveis transbordamentos. Já o morador é responsável pela instalação da estrutura de esgotamento no interior do domicílio, enquanto a associação e o morador estabelecem e mantêm as ligações coletivas e individuais, respectivamente, dos domicílios até o canal.

Aqui, o esgoto aparece como algo incômodo pelo seu mau cheiro, extremamente forte segundo os moradores, pelo impacto ambiental e pelo risco de contato da população com o canal, uma vez que as crianças brincam em suas águas.

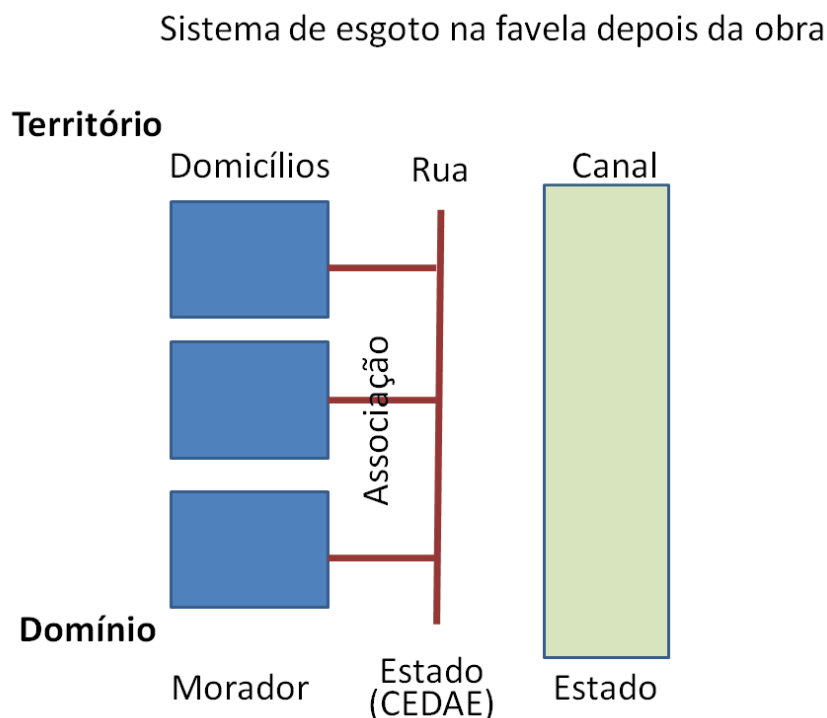
Figura 18 – Esquema territorial do esgotamento no restante do bairro antes da obra da CEDAE.



Nesse cenário, o Estado é responsável pela gestão do sistema de águas pluviais e pelo canal. Já o morador aparece como responsável pela instalação de infraestrutura de esgotamento no interior dos domicílios e pelo fim a ser dado por seus resíduos domésticos. As formas mais comuns apontadas pelos moradores eram a fossa séptica e a ligação do sistema domiciliar à rede de águas pluviais, que deságua no canal. Em alguns poucos casos havia a ligação direta de esgoto para o canal.

Aqui, o esgoto aparece como incômodo para o morador que vive próximo ao canal ou que passa próximo ao mesmo, devido ao mau cheiro. O impacto ambiental, a proliferação de mosquitos e o risco de contato, apesar de baixo, também são apontados como problemas provocados pela carência de saneamento.

Figura 19 – Esquema territorial do esgotamento na favela depois da obra da CEDAE.

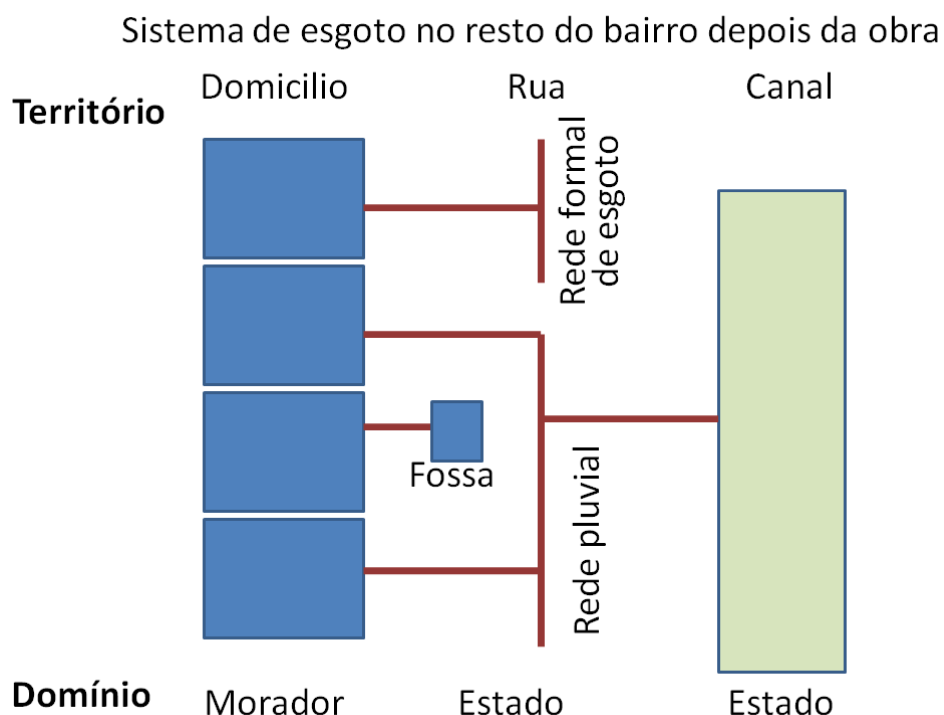


Nesse modelo, implantado a partir do ano de 2010 na comunidade do Terreirão, o Estado, através da CEDAE, assume o serviço de esgotamento para a população, levando o mesmo para a Estação de Tratamento localizada na Av. Gilka Machado. Assim, a atribuição dos moradores se resume às instalações no interior dos domicílios, enquanto o Estado assumiria a responsabilidade pelo sistema de esgotamento e pelo canal.

Segundo depoimentos colhidos neste trabalho, ao não levar em consideração a participação da comunidade, a CEDAE instalou uma tubulação de esgoto com calibre menor que o necessário para o escoamento. Além disso, por não conhecer a realidade daquela população, nem de suas instalações sanitárias prévias que não contam com caixa de gordura, o refluxo de esgoto para o interior das casas passou a ser uma realidade frequente.

Assim, a associação de moradores passa ser responsável pelo desentupimento emergencial do sistema, enquanto os moradores, insatisfeitos com o serviço prestado pelo Estado, ameaçam desfazer a ligação com a CEDAE e tornar a ligar seus domicílios diretamente ao canal. A rua passa a ser palco de conflitos de interesse entre moradores, associação e companhia de saneamento (CEDAE).

Figura 20 – Esquema territorial do esgotamento no restante do bairro depois da obra da CEDAE.



Nesse caso, o Estado assumiria a gestão do Canal e, através da CEDAE, o sistema de esgotamento sanitário. Assim, a população seria responsável apenas pela ligação de seus sistemas domiciliares à rede implantada pela CEDAE.

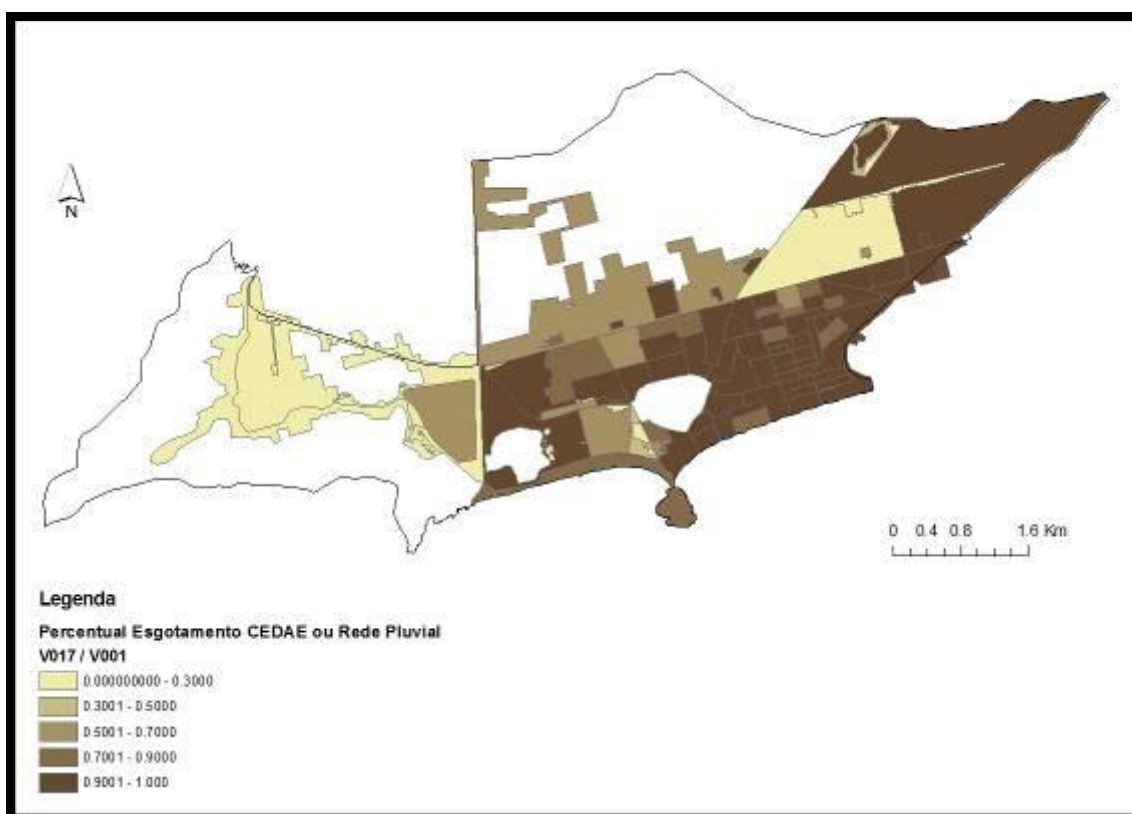
Acontece que essa rede implantada, além de também apresentar problemas de refluxo, como colocado por moradores, representa também um custo adicional para a ligação do domicílio ao sistema. Segundo alguns moradores o sistema não contempla todas as ruas, obrigando-os a construir ligações com redes situadas em ruas próximas. Assim, apesar de muitos moradores terem realizado suas ligações ao sistema da CEDAE, muitos, por diversos motivos, se recusam a efetivar tal ação.

Através desses quatro cenários representados anteriormente, observa-se que, com o processo de implantação da rede de esgotamento no bairro do Recreio dos Bandeirantes, houve uma redistribuição das atribuições anteriormente existentes, alterando a estrutura de poder e a territorialidade dos conflitos sociais. Contudo, essa redistribuição não agradou parte da população que permanece desligada do sistema formal de coleta de esgoto, ou ameaça desligar-se do mesmo.

4.3 - O Que Dizem as Informações Oficiais Sobre Saneamento

Toda essa discussão a respeito do processo que está ocorrendo no bairro abre outros questionamentos em relação aos sistemas de informações que se propõem a representar a cobertura dos sistemas de saneamento. Ao comparar o que está acontecendo naquele espaço, com aquilo que foi representado pelo CENSO 2010 (Figura 21) realizado pelo IBGE, observa-se que o sistema apesar de buscar a representação das condições de saneamento por meio de indicadores, é insuficiente para compreender a profundidade e a complexidade dos processos que ocorrem nos territórios.

Figura 21 - Esgotamento – Rede Geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica



Fonte: - Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Mapa elaborado pelo autor.

Observa-se que a maior parte da área situada ao sul da Avenida das Américas e a leste do Canal do Rio Morto, aparece como possuindo rede de coleta de esgoto ou fossa. Áreas de favela, bem como as áreas localizadas na porção oeste do bairro, apresentam menores proporções de domicílios servidos por rede de coleta de esgoto ou fossa.

Além de não representar a complexidade do problema em nível local, o Censo de 2010 apresenta uma forma de apresentação de dados que muitas vezes esconde os processos que ocorrem no território. Enquanto no censo de 2000 o IBGE divulgou os dados sobre esgotamento dividido segundo cinco categorias (Saneamento Rede, Saneamento Fossa, Saneamento Vala, Saneamento Rio, Lago ou Mar, e Saneamento Inadequado), no último levantamento o instituto divulgou os dados de esgotamento sob a categoria “Rede Geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica”.

Essa nova forma de divulgação dos dados contribui para a invisibilidade das complexidades envolvidas no processo de saneamento do bairro, pois ao colocar todas as variáveis em uma única categoria de análise esconde os serviços já prestados, agregando áreas que possuem redes a outras onde esta rede é informal ou inexistente e que carecem dessa cobertura.

Ao acessar as informações produzidas pela CEDAE (ANEXOS 5 e 6), observa-se também que a mesma representa áreas onde as tubulações foram instaladas, considerando aquilo que é um processo, como uma ação pontual e concluída. Nestas figuras, constata-se a inexistência de redes de coleta de esgoto em grande parte do bairro. Assim, ao lidar com aqueles atores que vivenciam os territórios de forma mais próxima, constata-se que as ações verticalizadas tomadas sem que se dê voz aos moradores, tornam-se conflituosas em casos como este.

As áreas onde a instalação foi dita como concluída, segundo as informações produzidas pela CEDAE no início do ano de 2011 (ANEXO 5), são suprimidas do mapa do programa de saneamento da região da Barra e de Jacarepaguá divulgado a partir de setembro de 2011 (ANEXO 6). Essa retirada parece dar a essa atividade um caráter de conclusão, abrindo espaço para novas ações. Porém, o que fica claro é que ao publicar a nova informação acerca do processo de saneamento da região da Av. Gilka Machado, que engloba grande parte da comunidade do Terreirão, a concessionária não admite a existência de questões ainda a serem resolvidas naquele espaço onde atores desenvolvem relações de territorialidade.

5 CONCLUSÕES

Diante do exposto, pode-se concluir que o Recreio dos Bandeirantes se destaca como um bairro característico da área de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro. Este processo, ainda não consolidado, envolve variados níveis de complexidade nos quais destacam-se diferentes atores ativamente relacionados ao mesmo. Ao tomar o processo de instalação da infraestrutura de esgotamento sanitário como recorte para a análise dos processos que envolvem os diversos territórios e territorialidades existentes em tais áreas, observou-se que o caráter relacional dos territórios leva à sobreposição de atribuições e, conseqüentemente, ao conflito, fortalecido pelas territorialidades.

Retomando os conceitos discutidos anteriormente, constata-se que o espaço, ao ser tomado como um conjunto de objetos e ações, possui contextos nos quais o homem destaca-se como elemento chave dos processos nele, e através dele, desenvolvidos. Desta forma, o mesmo não pode ser considerado algo atemporal, imutável, engessado. O espaço, assim como o tempo, é dinâmico e aberto, apresentando diversas possibilidades de conexões e mudanças. Esse espaço quando apropriado, configura-se território, possuindo limites e sendo o lócus das relações de poder nele existentes.

Ao tomar determinadas fontes de informações como base para a análise de processos, deve-se levar em conta que estes possuem historicidade e espacialidade, e, muitas vezes, essas informações correspondem a representações parciais, rígidas e descontínuas de ações, ou seja, buscam captar o estado de um processo em um determinado momento. Esse tipo de ação pode ser identificada nas informações levantadas pelo Censo de 2010 realizado pelo IBGE. Este, apesar de ser uma importante fonte de informação, servindo como ferramenta de grande valor para a tomada de decisões, demonstrou apresentar diversas limitações de interpretação, ao reduzir o número de categorias em comparação ao Censo de 2000, e de representatividade, por não representar processos locais e de curta duração.

Deve-se ressaltar também a necessidade de interpretação da parcialidade das informações, uma vez que estas, em geral, refletem os interesses daqueles que as produzem. Tal característica tornou-se evidente a partir da análise do mapa desenvolvido pela CEDAE com a finalidade de divulgar o Programa de Saneamento da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá. Aquilo que parece representar um cenário de avanço e sucesso das políticas públicas de saneamento empreendidas na região, na verdade, esconde a precariedade das instalações e das ações que, quando verticalizadas,

colocadas de “cima” para “baixo” em relação à estrutura social da região, não contam com a participação dos atores centrais em qualquer processo baseado nos territórios, ou seja, a participação da sociedade local.

Diante do exposto, observa-se que no bairro do Recreio dos Bandeirantes o sistema de esgotamento, apesar de instalado e estendendo-se a grande parte do mesmo, ainda encontra-se em processo de consolidação, fazendo emergir novos conflitos envolvendo os diversos atores que produzem e vivem o território, como moradores, órgãos de meio ambiente, prefeitura, governo estadual, entre outros.

O discurso das mídias locais aparece como fator de representação e fortalecimento destes conflitos, sendo, também, o lócus do discurso de parte dos moradores do bairro, que enxergam nas favelas, e em seus moradores, o lugar da desordem e da insegurança.

Ao tomar o acesso ao esgotamento sanitário como uma das condições básicas para melhores condições de saúde, especialmente em áreas urbanas, conclui-se que no Recreio dos Bandeirantes essa condição não é alcançada uma vez que o processo de implantação dos sistemas sanitários carece de diálogo entre os gestores do Estado e os agentes locais.

Pode-se observar também que tais processos, para serem analisados, carecem de um estudo capaz de identificar quais os objetos, ações e contextos existentes no território e não representáveis em mapas ou outros dispositivos. Dessa forma, sugerem-se estudos complementares sobre este tema relacionado a estes e outros territórios, a fim de buscar uma interdisciplinaridade capaz de, através dos vários saberes e áreas do conhecimento, esclarecer como se dá a construção e representação de processos.

6 REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. **Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução.** Revista Rio de Janeiro, n. 10, maio-ago. 2003 pp. 210-234.
- ARAUJO, Inesita Soares de. **Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas.** Interface (Botucatu) [online]. 2004, vol.8, n.14, pp. 165-178. ISSN 1414-3283.
- ARAUJO, Inesita; CARDOSO, Janine M. **Comunicação e saúde.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.152p.
- AURINO, Ana Nery B.; SILVA, Monica Maria Pereira da. **Influencia do nível de escolaridade na percepção da problemática dos resíduos sólidos no município de Tenório/PB.** In: AIDIS; Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Saneamento Ambiental: Etica e Responsabilidade Social. Joinville, ABES, set. 2003. p.1-11, Ilus.
- BARCELLOS, Christovam. **Os Indicadores da Pobreza e a Pobreza dos Indicadores. Uma abordagem geográfica das desigualdades sociais em saúde.** In. A geografia e o contexto dos problemas de saúde / organizador Christovam Barcellos. – Rio de Janeiro: ABRASCO: ICICT: EPSJV, 2008. 384p. – Saúde Movimento; nº 6.
- BARROS, P. C.. **Um Pouco da História do Morro do Castelo.** Revista Geo-paisagem, internet, v. 01, n. 02, 2002.
- BICALHO, M. F. B.. **O Rio de Janeiro no Século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa.** Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 1, p. 1-20, 2006.
- BUSS, Paulo. **Uma Introdução ao Conceito de Promoção da Saúde.** In Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 176p.
- CARNEIRO, Ava S. C. **A desigualdade e a invisibilidade social na formação da sociedade brasileira.** V ENECULT, 2009. 14p.
- COBIN, Alain. **O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental.** Companhia das letras, São Paulo, 1989. 416p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo. Ed. Ática. 2005. 94p.
- DÉBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo.** Rio de Janeiro. Ed. Contraponto. 1997. 240p.
- DONALDSON, David. **Participación de la comunidad en sistemas de abastecimiento de agua y saneamiento en zonas urbanas.** In Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana; 98(2):95-102, Feb. 1982

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. **Uma abordagem geográfica à reivindicação por equipamento sanitário.** *Anu. Inst. Geocienc.*, dic. 1989, vol.12, p.135-135. ISSN 0101-9759.

FAUSTO NETO, Antonio. **Fragments de uma analítica da midiatização.** MatriZes, 1º sem. 2008.

A deflagração dos sentidos. Estratégias de produção e de captura da recepção. In *Sujeito, o lado oculto do receptor.* Mauro Wilton de Souza (org.). São Paulo, Editora Brasiliense, 1995.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. **Epidemiologias, ou epidemiologia?.** *Rev. Saúde Pública* [online]. 1990, vol.24, n.1, pp. 1-2.

FOUCAULT, M. Crescer e Multiplicar. **Arqueologia das ciências e História dos Sistemas de Pensamento.** Rio de Janeiro, Forense Universitária. 2005: 255-281. (26p.)

GALVAO JUNIOR, Alceu de Castro; NISHIO, Sandra Regina; BOUVIER, Beatriz Baraúna and TUROLLA, Frederico Araujo. **Marcos regulatórios estaduais em saneamento básico no Brasil.** *Rev. Adm. Pública* [online]. 2009, vol.43, n.1, pp. 207-227. ISSN 0034-7612.

GOMES, Isabelle Macedo. **Dois séculos em busca de uma solução: esgotos sanitários e meio ambiente na Cidade do Rio de Janeiro.** In *Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca / Mauricio de Almeida Abreu, organizador.* – Rio de Janeiro, RJ: Da Fonseca Comunicação, 2005. 254p.

HAMERLI, I. S.; Gonzalez de Gomez, M. N. **Informação e informática em saúde: caleidoscópio contemporâneo da saúde.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n.3, maio-junho 2007.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento. As bases da política de saúde pública no Brasil.** São Paulo: Ed. Hucitec/Anpocs. 1998;

JACOBI, Pedro R. **Moradores e meio ambiente na cidade de São Paulo / Residents and environment in** *Cadernos Cedec - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea* São Paulo: Cedec, 1995.

LACOSTE, Yves. **Geografia: Isto serve em primeiro lugar para fazer a guerra.** Ed. Papiru, 14ª Edição. 2008. 263p.

LEVI-STRAUSS, C. **Raça e História.** Os pensadores, São Paulo, Abril, 1976: 51-94.

- MACHADO, Thiago R. **Cidade e Meio Ambiente em Debate: notas sobre o papel da infraestrutura de saneamento no planejamento estratégico urbano.** Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis – SC, n° 3, p. 42-59, Maio de 2007.
- MACHADO, R. R. et alli. **Entendendo o pacto pela saúde na gestão do SUS e refletindo sua implementação.** Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 11, p. 181-187, 2009.
- MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 2ª Ed. 314p.
- MATTELART, A. **Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação.** V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura. Conferência de abertura. Salvador, BA, 9-11 de novembro de 2005.
- MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Avaliativa por Triangulação de Métodos.** Versão resumida do capítulo denominado Introdução à Avaliação por Triangulação de Métodos (2005) no livro Avaliação por Triangulação de Métodos publicado pela Editora Fiocruz. Org. Minayo, MSC, Assis, SG & Souza, ER.
- MONKEN, Maurício and BARCELLOS, Christovam. **Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas.** *Cad. Saúde Pública* [online]. 2005, vol.21, n.3, pp. 898-906. ISSN 0102-311X.
- MORAES, Luiz Roberto Santos et alli. **Avaliação da eficiência da ETE fonte dos padres, do nível de satisfação dos usuários e da percepção da população quanto ao funcionamento de sistema de esgotamento sanitário em Alagoinhas, Bahia.** In: Associação Brasileira de Engenharia Sanitaria e Ambiental. Saneamento ambiental Brasileiro: Utopia ou realidade?. Rio de Janeiro, ABES, 2005. p.1-4, Ilus, tab.
- MOTTA, Marcelo Paiva. **O centro comercial do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX – uma interlocução com a noção de área central.** In Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca / Mauricio de Almeida Abreu, organizador. – Rio de Janeiro, RJ: Da Fonseca Comunicação, 2005. 254p.
- PELLISSARI, Vinicius Braga; FERNANDES, Roosevelt Silva; SOUZA, Valdir José de. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão educacional e ambiental.** In: Associação Brasileira de Engenharia Sanitaria e Ambiental. Saneamento ambiental Brasileiro: Utopia ou realidade?. Rio de Janeiro, ABES, 2005. p.1-5, Ilus, tab.

- PRISMA. **La evolución de la red urbana y el desarrollo sostenible en El Salvador.** In PRISMA Programa Salvadoreño de Investigación Sobre Desarrollo y Medio Ambiente. Ano 1996
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Ed. Ática, São Paulo. 1993. 270p
- REGO, R. C. F.; BARRETO, M. L. & KILLINGER, C. L. **O que é lixo afinal? Como pensam mulheres residentes na periferia de um grande centro urbano.** In Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(6):1583-1592, nov-dez, 2002
- REZENDE, V. F. ; LEITAO, G. E. A. . **Barra da Tijuca, no limiar do século XXI: do urbanismo modernista à cidade cenográfica?** In: Simpósio "A CIDADE NAS AMÉRICAS. PERSPECTIVAS DA FORMA URBANÍSTICA NO SÉCULO XXI", 51º Congresso Internacional de Americanistas, 2006, Santiago do Chile. Anais do Simpósio. Santiago do Chile, 2006
- SÁ, Samuel et alli. **Avaliação de Indicadores de Saúde Ambiental em Área Urbana em Situação de Macrodrenagem, Belém-Pará.** In CAD. SAÚDE COLET., RI O DE JANEIRO, 15 (4): 543 - 558, 2007
- SÁ E BENEVIDES, S. C. **Análise da Expansão Urbana na Microbacia dos Campos de Sernambetiba, Município do Rio de Janeiro.** Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC). Prefeitura do Rio de Janeiro. 2006. 13p.
- SABATINI, Francisco. **Participación ciudadana para enfrentar los conflictos ambientales urbanos: Una estrategia para los municipios.** In Ambiente y Desarrollo - VOL XV - Nº 4, Diciembre 1999. pp. 26 - 35 (ISSN 0716 - 1476)
- SACK, Robert. **Human Territoriality.** Cambridge, Cambridge Univ. Press. 1986. 400p.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Edusp-Hucitec, 1978.
- _____ **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993. 147p.
- _____ et alli. (org's). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: HUCITEC, 1996, p15-20.
- _____ **Nação, Estado e Território.** In MENDONÇA, S. e MOTTA, M. (orgs) Nação e Poder: as dimensões da história. EDUFF, Niterói. 1998. 154p.
- _____ **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo. Edusp, 2006. 384p.
- _____ **Por Uma Outra Globalização - do pensamento único à consciência universal.** 2011. Ed. RECORD. 20ª Edição. 174p.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. **Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca.** Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. 25p.
- SEABRA, Odette et al. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos.** Ed. Fundação Perseu Abramo, 2ª Ed., 2000. 127p.

- SILVA, Gabriela da Costa. **(In)Sustentabilidade ambiental na ocupação urbana da Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro.** *Risco, Rev. Pesqui. Arqit. Urban. (Online)* [online]. 2007, n.5, pp. 80-98. ISSN 1984-4506.
- SILVA, Maria Lais Pereira. **Favelas do Rio de Janeiro: Localização e expansão através do espaço urbano (1928-1964).** In Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca / Mauricio de Almeida Abreu, organizador. – Rio de Janeiro, RJ: Da Fonseca Comunicação, 2005. 254p.
- SODRÉ, M. (2002). **Antropológica do espelho. Uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis: Vozes.
- SODRÉ, M. **Sobre a episteme da comunicação.** MATRIZES, n. 1, out. 2007, p. 15-26
- SOUZA, Cezarina Maria Nobre. **Relação saneamento-saúde-ambiente: os discursos preventivista e da promoção da saúde.** Saude soc. [online]. 2007, vol.16, n.3, pp. 125-137. ISSN 0104-1290.
- SOUZA, C. M. N. & Freitas, C. M. **O Saneamento na Ótica de Profissionais de Saneamento-Saúde-Ambiente: promoção da saúde ou prevenção de doenças?** In. Eng. sanit. ambient. Vol.13 - Nº 1 - jan/mar 2008, 46-53
- SOUZA, Marcelo J. L. : **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In Geografia: conceitos e temas / organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. – 8ªed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2006. 352p.
- TELLES, Dirceu D.; COSTA, Regina H. **Reúso da água: conceitos, teorias e práticas.** 1ª Ed. São Paulo, Editora Blucher, 2007.
- THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro.** Ed. Martins Fontes, 1993. 387p.
- TROMPOWSKY, Mario. Bairro de Guadalupe: o processo de constituição de um bairro a partir de uma experiência governamental no campo da habitação popular. In Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca / Mauricio de Almeida Abreu, organizador. – Rio de Janeiro, RJ: Da Fonseca Comunicação, 2005. 254p.
- UN-HABITAT. **LAS CIUDADES OCULTAS: Revelación y Superación de las Inequidades Sanitarias en los Contextos Urbanos.** WHO/NMH/WKC/10.1
- USAID. **Environmental Health Project. Participatory Monitoring of Hygiene Behavior Change in Hato Mayor, Dominican Republic.** In EHP brief Environmental Health Project. nº 18, Jul.2003
- WINSLOW, C. E. A. **The untilled fields of public health.** *Science*, 51: 23, 1920

WEB SITES:

_____ALERJ: http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=39032
– acessado em 01/2012

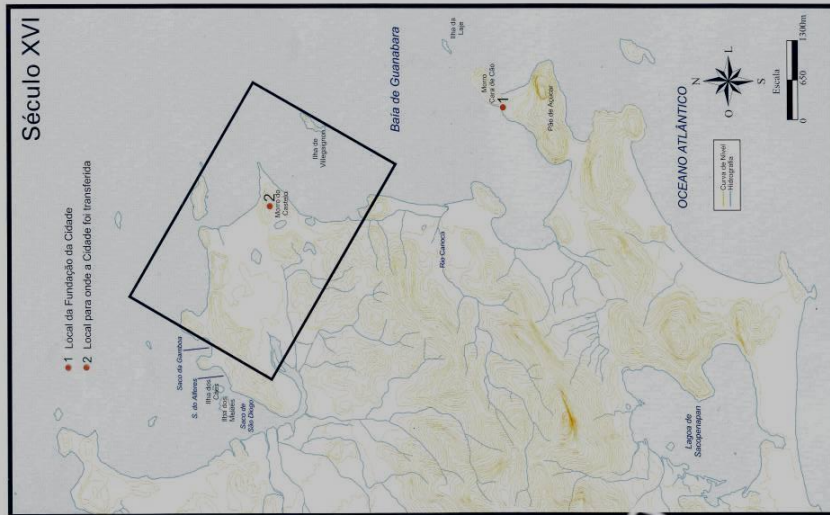
_____CEDAE: www.cedae.com.br – acessado em 05/2011 e 11/2011

_____IBGE: www.ibge.gov.br – acessado em 01/2012

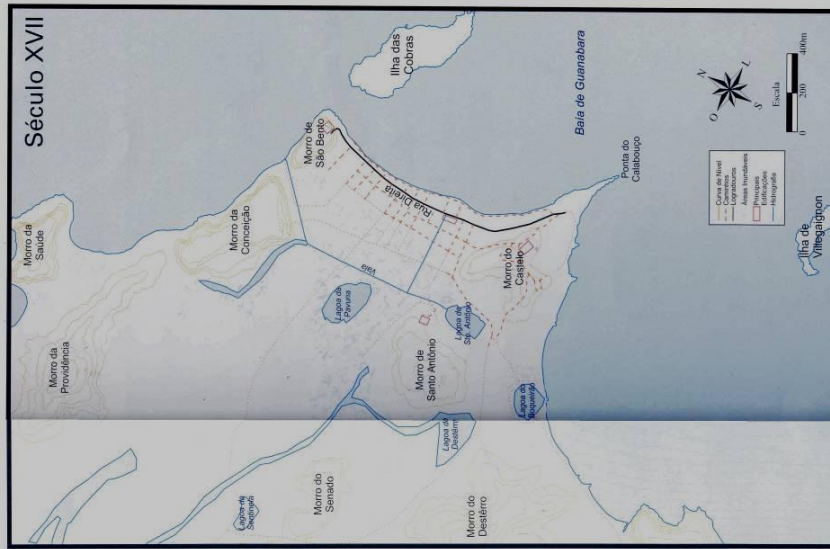
_____Inst. Trata Brasil: www.tratabrasil.org.br – acessado em 06/2011

_____Jornal O Globo - <http://oglobo.globo.com/rio/pasquale-mauro-alvo-de-dezenas-de-processos-em-que-acusado-de-posse-ilegal-na-regiao-da-barra-2720984> -
acessado em 01/2012

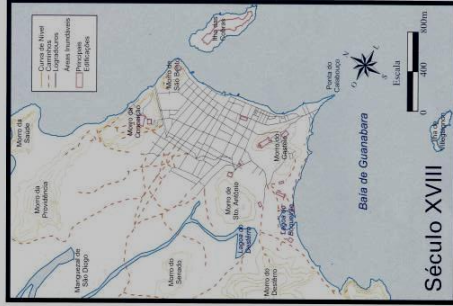
Evolução Urbana



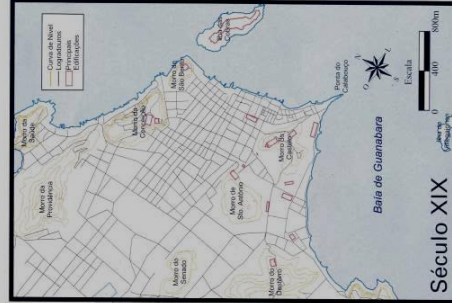
O mapa reconstrói a posição dos sítios iniciais da atual Cidade do Rio de Janeiro na época de sua fundação (1555), em dois momentos de sua trajetória: (1) no local do atual Morro do Castelo, o primeiro sítio da cidade, e (2) no morro do Castelo, o segundo sítio da cidade, a partir do qual inicia-se a expansão da mesma.



O Morro de São Bento, a partir da cidade, inicia-se a expansão para os morros do Castelo e da Saúde. A Rua Direita começa a cortar esta via e alguns caminhos fazem a ligação entre o núcleo central e outros povoados.



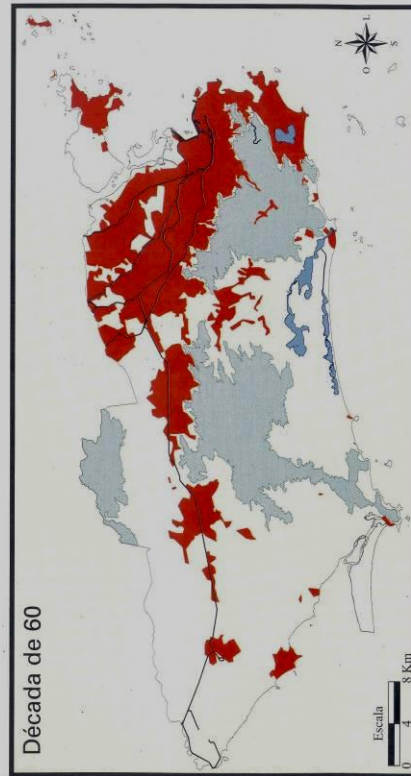
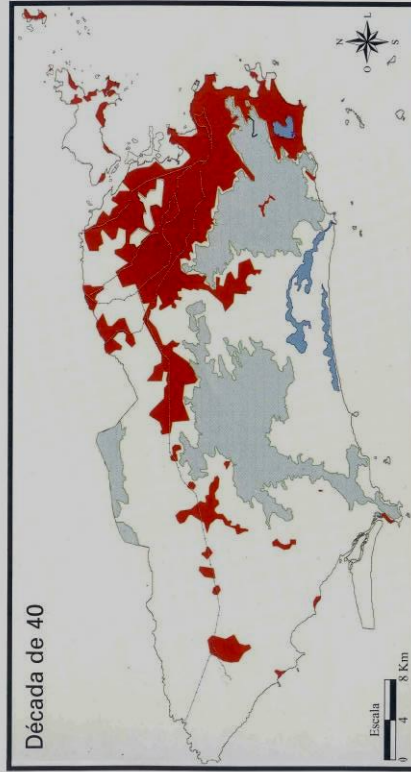
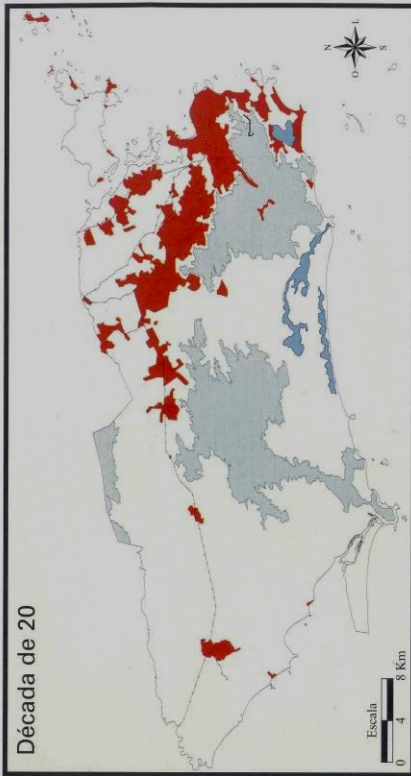
A expansão da cidade entre os morros do Castelo, S. Bento, São Antonio e Conceição se realiza pelo atramento das áreas pantanosas e de algumas lagoas na área central.



O arruamento do centro da cidade se consolida. Inicia-se a expansão em direção as zonas norte, oeste e sul facilitada pelas primeiras linhas de bonde e da rede ferroviária.

Evolução Urbana no Século XX

25



ANEXO 3-

Questionário (fluxos de moradores)

Não é necessário se identificar e qualquer dado presente nesse questionário tem sigilo garantido pelo pesquisador.

1 – Você sempre morou nos bairros do Recreio dos Bandeirantes ou da Barra da Tijuca?

() Sim

() Não

2- Caso tenha morado em outro bairro da cidade do Rio de Janeiro, cite o nome do mesmo.

3- Qual o motivo da mudança?

ANEXO 4 -

Questionário (moradores)

Não é necessário se identificar e qualquer dado presente nesse questionário tem sigilo garantido pelo pesquisador.

Favor, ao responder, não retornar às questões anteriores.

1. Em qual área do Recreio dos Bandeirantes você mora?

- moro distante de rios e canais - não moro em comunidades
- moro próximo aos rios e canais - não moro em comunidades
- moro próximo aos rios e canais - moro em comunidades
- moro distante de rios e canais - moro em comunidades

2. Qual mídia impressa é mais acessada por você para se manter informado sobre o seu bairro?

- Não costumo acessar mídias impressas
- Caderno "O Globo Barra"
- Jornal "Recreio da Barra"
- Jornal "Tipo Carioca"
- Outro (especifique)

3. Quais assuntos mais te interessam ao acessar a mídia apresentada no item anterior? (assinale até três opções)

- Estética
- Esporte
- Saúde
- Gastronomia
- Lazer
- Denúncias
- Arte
- Celebidades
- Expansão das favelas
- Empreendedorismo
- Mulher
- Moda
- Religião
- Animais de estimação
- Educação
- Infraestrutura
- Outro (especifique)

4. Quais os principais problemas em seu bairro? (Marque até 2 respostas)

- Violência
- Trânsito
- Iluminação
- Coleta de lixo
- Carência de serviço de esgoto
- Favelização
- Outro (especifique)

5. Em relação a abordagem da mídia sobre os problemas do seu bairro, você a considera:

- muito boa
- boa
- razoável
- fraca
- nunca vi tais assuntos na mídia

6. Sobre a infraestrutura de esgoto em seu bairro, você a considera:

- suficiente
- insuficiente

7. Você considera seu sistema de esgoto doméstico adequado para a manutenção de sua qualidade de vida?

- sim
- não

8. Sobre seu esgoto doméstico, ele é despejado em:

- rede coletora da CEDAE.
- canais, valões, rios, lagoas ou mar
- fossa séptica
- não possuo ligação de esgoto em casa

9. Qual o destino de seu esgoto doméstico?

- lançado em lagoas e canais
- lançado no mar

- infiltrado no solo por canaletas ou fossas
- não sei
- Outro (especifique)

10. Sobre o incômodo causado pelo esgoto do seu bairro, assinale a alternativa mais adequada ao seu caso (assinale até três opções).

- Não me incomoda
- cheiro me incomoda em casa
- O cheiro me incomoda quando passo perto de canais
- O
- O cheiro me incomoda quando passo perto de valões
- O possível contato com a água de rios me preocupa em épocas de chuvas
- Já tive problemas de saúde, e atribuo os mesmos ao contato com esgoto sem tratamento.
- Outros problemas me incomodam (especifique)

ANEXO 5-

Roteiro de entrevista (Informantes-Chaves)

Primeiro nome do entrevistado: _____

Idade: _____

Profissão: _____

Local da entrevista: _____ Data: ____/____/____

Categoria: Saúde

- 1) Para você, o que é saúde?
- 2) Você considera o ambiente onde reside saudável?

Categoria: Infraestrutura

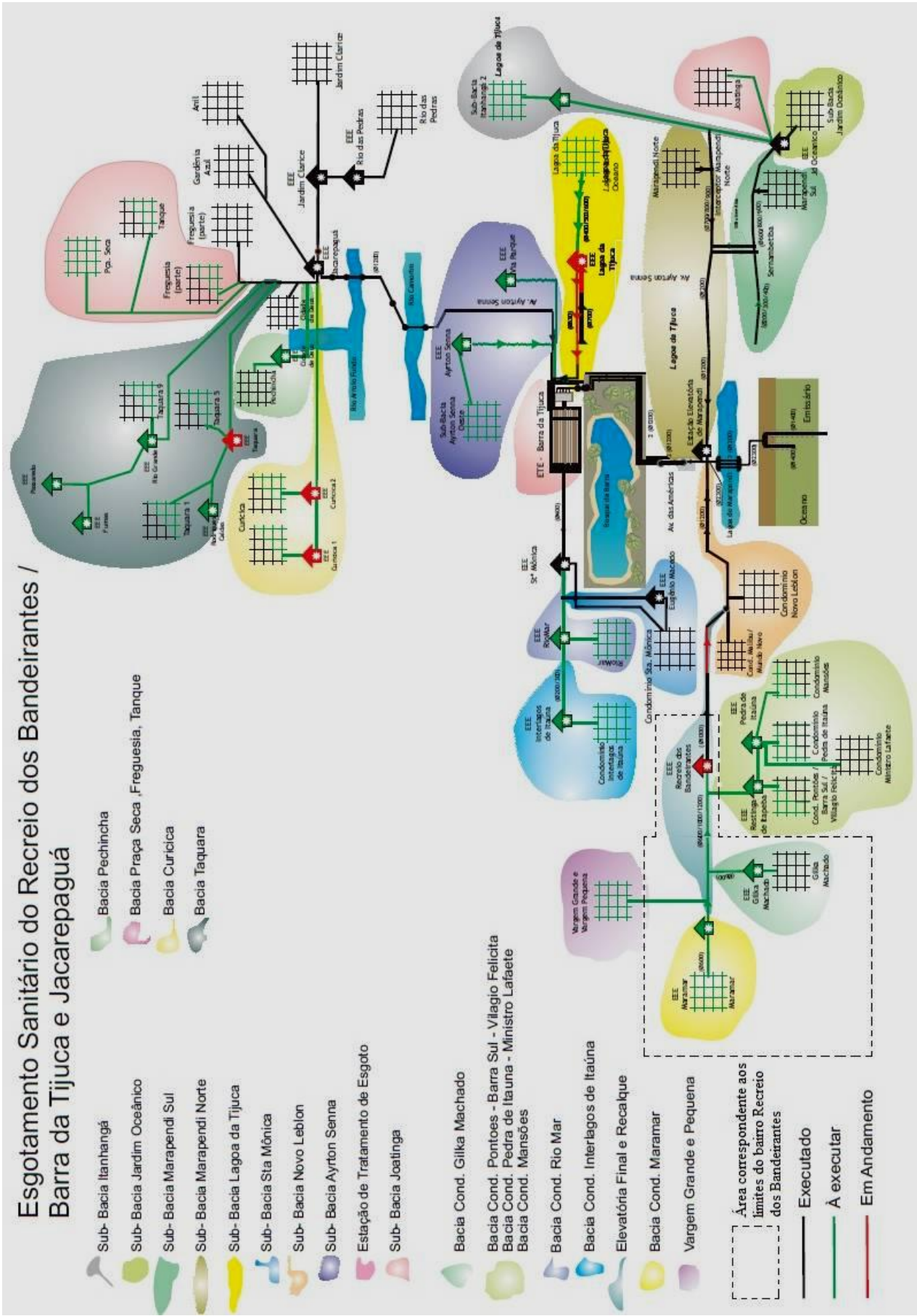
- 1) Como você caracteriza a infraestrutura geral do seu bairro?
- 2) Quais os principais problemas estruturais do seu bairro?

Categoria: Saneamento

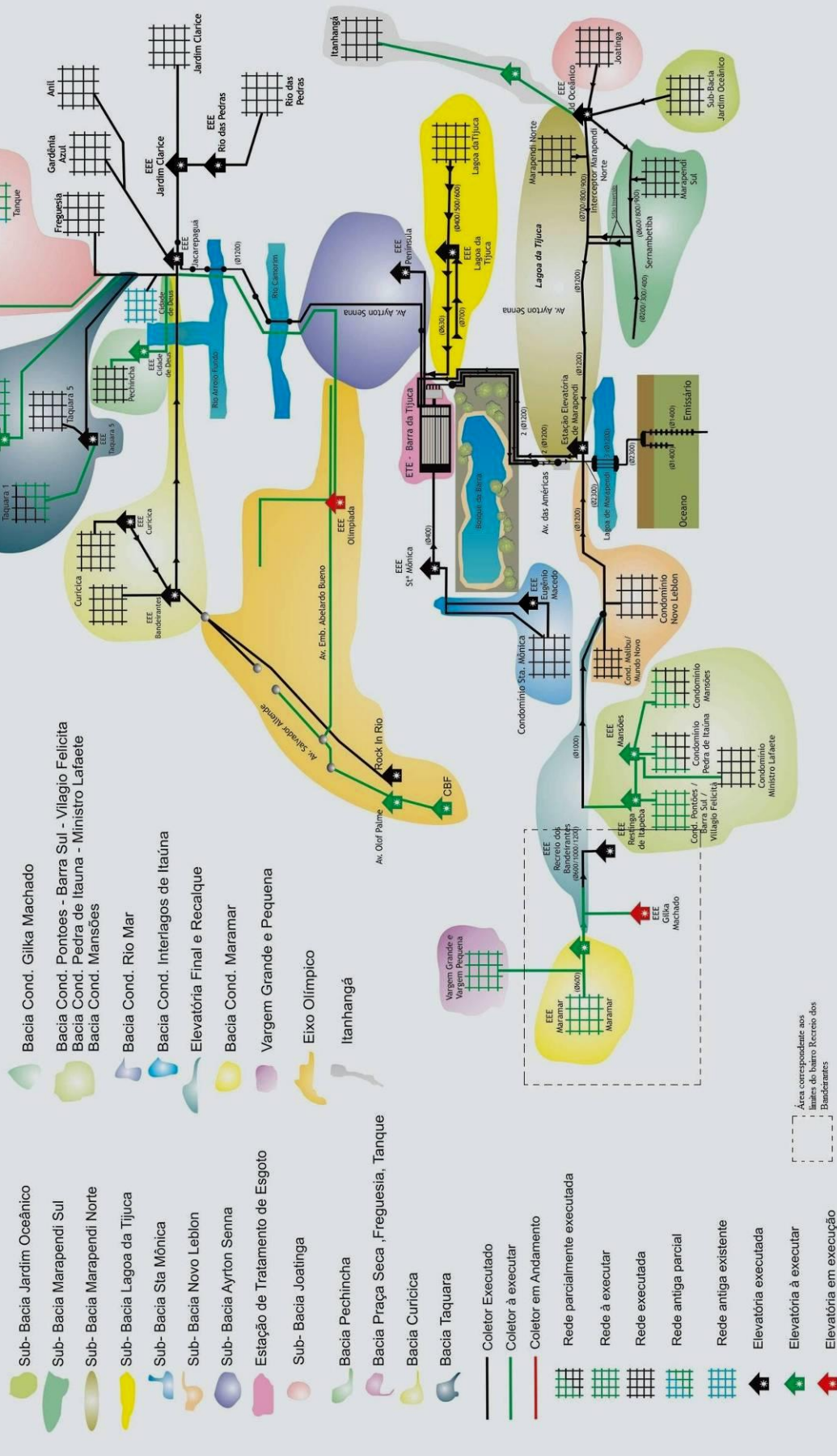
- 1) Para você, o que é ser assistido por um serviço de saneamento básico?
- 2) Como é a ligação sanitária existente na sua residência?
- 3) Como você classifica a prestação de serviço de esgoto pela CEDAE no seu bairro?
- 4) Quais os pontos mais críticos do seu bairro, onde o problema de esgoto está mais presente?
- 5) Em sua opinião, quais os principais responsáveis pela poluição dos rios e lagoas do seu bairro?

Em sua opinião, quais os problemas ocasionados pela poluição dos rios e lagoas do seu bairro?

ANEXO 6-



Esquemático do Esgotamento Sanitário da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá



ANEXO 8-



PARECER CONSUBSTANCIADO
(SEGUNDO)

CAAE N.º 0061.0.408.000-11.b

Protocolo n.º 2011/0175

Título do Projeto: Saneamento e Saúde: a dimensão territorial do esgotamento sanitário no Recreio dos Bandeirantes

Pesquisador-responsável: Thiago Monteiro Mendes

Classificação no Fluxograma: Grupo III

Data de recebimento pelo CEP: 26/out/2011

Data da apreciação: 10/nov/2011, 9/jan/2012

A ser desenvolvido no âmbito do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz), o projeto de mestrado, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde do ICICT/Fiocruz, já devidamente qualificado, se propõe a *“discutir como fatores territoriais podem influenciar na distribuição dos serviços de esgotamento sanitário para os moradores do bairro do Recreio dos Bandeirantes, bem como na representação social da infra-estrutura de esgotamento pelos mesmos”*.

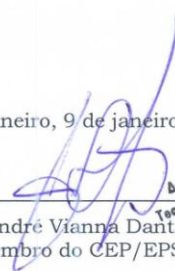
Para chegar a bom termo, o pesquisador pretende analisar exemplares das principais mídias impressas acessadas pela população residente no bairro referido, segundo ele, já coletadas. Serão analisados ainda os indicadores locais levantados pelo CENSO 2000, realizado pelo IBGE. Na segunda fase da pesquisa serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com “informantes-chaves”, segundo o autor, no total de 10.

Quanto à documentação que compõe o protocolo, currículos, Folha de Rosto, projeto, questionário (morador) e roteiro de entrevista (Associação de Moradores) encontram-se adequados às exigências da Resolução 196/96.

Após atendimento satisfatório das demandas apontadas em parecer datado de 11/nov/2011, este Comitê (registrado junto à CONEP – Cf. Ofício n. 2254/Carta n. 0078 – CONEP/CNS/MS, de 12 de agosto de 2010) considera o presente protocolo **aprovado**.

Ao final do projeto, um breve relatório, dando conta dos resultados da pesquisa, deverá ser encaminhado a este CEP.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 2012.



André Vianna Dantas
Tecnologista em Saúde Pública
Mat. SIAPE 1521947
EPSJV/FIOCRUZ

André Vianna Dantas
(membro do CEP/EPSJV)